

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

“OUTRAS PALAVRAS”
HOMENS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ATENDIDOS PELO CENTRO
DE ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIME – CEAV,
FLORIANÓPOLIS/SC

KACILENE DUARTE BORGES

FLORIANÓPOLIS – SC
2011

KACILENE DUARTE BORGES

“OUTRAS PALAVRAS”
HOMENS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ATENDIDOS PELO CENTRO
DE ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIME – CEAV,
FLORIANÓPOLIS/SC

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao
Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal
de Santa Catarina, para
obtenção do título de bacharel
em Serviço Social, orientado
pela professora doutora Teresa
Kleba Lisboa

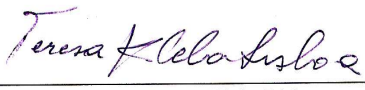
Florianópolis – SC
2011

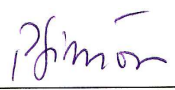
Kacilene Duarte Borges

"OUTRAS PALAVRAS"
HOMENS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ATENDIDOS PELO CENTRO
DE ATENDIMENTO A VITIMAS DE CRIME – CEAV,
FLORIANÓPOLIS/SC

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à aprovação da banca examinadora como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Banca Examinadora:

Presidente: 
Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa

1ª Examinador (a): 
Prof. Dr. Pedro Simões

2ª Examinadora: 
Assistente Social: Kelly Aparecida Santos

Florianópolis (SC)
2011.2

GÊNERO – “É bom que realmente se torne claro à opinião pública que nem todos os homens são agressões e que muitos desses homens lutam contra essa agressão e essa violência. Eu penso que as lutas importantes no mundo, dos Direitos Humanos, contra a violência, contra a tortura são lutas que não podem ser deixadas a um grupo social. É semelhante à luta do Movimento Negro que não pode ser deixada somente aos negros. As lutas femininas não podem ser deixadas somente unicamente às mulheres. É preciso que os homens se solidarizem, porque são a prova viva de que repudiam essa forma de agressão e que tudo farão para que esse número de pessoas- que infelizmente é muito grande e atravessa todas as classes e todos os continentes- se vá reduzindo através da oposição democrática de homens e mulheres” (Boaventura de Souza Santos, 2002).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	12
1.1 – DEFININDO VIOLÊNCIA	12
1.1.1. <i>Violência física, também classificada como individual</i>	18
1.1.2. <i>Violência sexual, também classificada como individual</i>	18
1.1.3. <i>Violência psicológica, também classificada como cultural</i>	19
1.2 – IDENTIFICANDO A MASCULINIDADE E A SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA.....	19
CAPÍTULO II.....	26
2.1 – CENTRO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE CRIMES	26
2.2 – CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA	32
2.3 – O ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE CRIMES NO CEAV DE FLORIANÓPOLIS	35
CAPÍTULO III	41
3.1 – UM OLHAR SOBRE OS HOMENS, VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - A PESQUISA.....	41
3.2 ANÁLISES DE DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DOS PRONTUÁRIOS DAS VÍTIMAS.....	42
3.3 - DADOS DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS EM HOMENS NO CEAV DE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA	43
3.4 - FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA	45
3.5 – ESCOLARIDADE DA VÍTIMA.....	46
3.6 – IDADE DOS USUÁRIOS.....	47
3.7 – MORADIA DA VÍTIMA.....	48
3.8 – OCUPAÇÃO LABORAL DA VÍTIMA	49
3.9 – SITUAÇÃO CONJUGAL DA VÍTIMA	50
3.10 – ETNIA DA VÍTIMA	50
3.11 – LOCAL DA VIOLÊNCIA.....	52
3.12 – TIPOS DE AGRESSORES.....	53
3.13 – TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA	54
3.14 – REGISTRO DE OCORRÊNCIA.....	56
3.15 – FLUXO DE ATENDIMENTOS	57
3.16 – PROPONDO POLÍTICAS PÚBLICAS E VISUALIZANDO ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.....	57
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXOS	72

AGRADECIMENTOS

Há tantos a agradecer, por tanto se dedicarem a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender! Em especial a minha Família, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro, é feito a partir da constante dedicação no presente.

Agradeço especialmente ao meu esposo Ricardo, pela paciência e escuta para a elaboração e conclusão deste trabalho. A minha mãe Benta, pela dedicação na minha criação, pela batalha diária em dar sustento, amor e carinho, e por sempre me incentivar a continuar estudando. A minha irmã Alexsandra, pelas incontáveis brigas quando novas, pelo amor e carinho demonstrados sempre, independente de tudo. A memória do meu pai, com quem tive pouco contato.

Aos meus amigos e amigas, minha segunda família, que fortaleceram os laços da igualdade, num ambiente fraterno e respeitoso!!! Jamais lhes esquecerei!!! Agradeço em especial a minha amiga Júlia, que como ela mesma fala: “o que seria do tico, se não fosse o teco?”, te adoro amiga. Aos amigos queridos de Garopaba: Valdenir, Diego, Ricardo, Aline, Vanderson, Leidiane, Fernando e Fabiane, dentre tantos outros, obrigada pelo carinho e amizade de todos. Ao meu cunhado Ronaldo, e sua família, aos meus sogros Alda e Joaquim por me acolherem com carinho no início do namoro e pelo carinho demonstrado ao longo dos anos.

Os amigos queridos Sérgio e Luciano com quem tive o prazer de estudar durante um ano e meio no pré vestibular da cidadania, e com quem mantive contato após iniciar a graduação, a querida amiga Tatiana Calixto participante também do pré, que tive o enorme prazer de conhecer, obrigada a aos três pela inúmeras conversas tanto na fila, quanto dentro do RU, obrigada pelas inúmeras vezes que sentamos apenas para conversar, obrigada pela ajuda nos momentos que precisei, valeu por tudo, a amizade de vocês é muito preciosa para mim. E a todos aqueles que em algum momento da minha vida me auxiliaram direta ou indiretamente na obtenção deste diploma.

Não poderia deixar de agradecer a Fátima, com quem aprendi muito durante o período em que trabalhei como bolsista no CEO, e agradeço também a todos que por lá passaram e por quem tenho um carinho muito grande. Ao Marcelo, meu dentista, pela pessoa especial que é, pelo carinho demonstrado durante os anos que passaram, pelos puxões de orelha devido a idas e vindas ao seu consultório, obrigada.

Aos meus colegas de trabalho do CCEA, aos técnicos do CEAV, em especial a Coordenadora Kelly, pelo auxílio na elaboração deste trabalho, pela paciência na escuta, muito obrigada, de coração, a minha colega de estágio Dayana Ayres pelos debates durante o período de estágio, pela ajuda no processo para concluir a graduação, pela escuta durante os períodos de desabafo, valeu você é uma pessoa muito especial.

Agradeço também aos meus mestres, professores dedicados que tive durante toda a minha vida, aos quais, sem nominar terão meu eterno agradecimento, em especial a minha orientadora Professora Doutora Tereza Kleba Lisboa. A Esta Universidade, seu corpo de Direção e Administrativo, que oportunizaram a janela com a qual hoje vislumbro um horizonte superior.

Obrigada a todos.....

ÌNDICE DE TABELAS

Tabela 01: Faixa etária	45
Tabela 02: Faixa etária e nível de escolarização.	47
Tabela 03: Local de ocorrência da violência.	52
Tabela 04: Tipos e quantidade de atendimentos realizados pelos homens durante o período de realização da pesquisa.	57

ÌNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Quntidade de atendimentos separados por ano	43
Gráfico 02: Escolaridade	46
Gráfico 03: Local de residência.....	48
Gráfico 04: Ocupação.....	49
Gráfico 05: Estado civil.....	50
Gráfico 06: Etnia	50
Gráfico 07: Agressores (as).	53
Gráfico 08: Tipo de violência sofrida.....	54
Gráfico 09: Registro de Boletim de Ocorrência.	56

RESUMO

Borges, Kacilene Duarte. “Outras Palavras”: Homens Vítimas de Violência, atendidos, pelo Centro de Atendimento a Vítimas de Crime – CEAV, Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2011.

Este Trabalho de Conclusão de Curso procurou analisar o perfil dos homens, vítimas de violência, atendidos no CEAV – Centro de Atendimento a Vítima de Crime de Florianópolis – de janeiro de 2008 a julho de 2011, totalizando 31 usuários. A pesquisa foi documental, baseada nos dados dos Prontuários dos homens atendidos neste período, na Instituição. Inicialmente, apresenta um breve contexto sobre violência, juntamente com uma descrição sobre os tipos, permeando o campo da masculinidade, gênero e violência. Tendo como foco o Homem Vítima de Violência, a pesquisa realizada identificou que existe um silêncio sobre a voz do homem, já que este normalmente é estigmatizado como “agressor”, o que conclui para a não-escuta e a invisibilização do sofrimento masculino, bem como a simplificação da masculinidade. Por fim, apresentam-se algumas sugestões para a intervenção do assistente social junto a essa problemática.

Palavras chave: Violência, Gênero, Masculinidade e Homens Vítimas de Violência.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da experiência de estágio curricular obrigatório que foi desenvolvido junto ao CEAV – Centro de Atendimento à Vítima de Crime – no período de julho de 2010 a julho de 2011, e teve como objetivo definir o perfil da demanda masculina atendida por esta instituição, que por sua vez atende a população da Grande Florianópolis¹.

O CEAV foi criado em 1997, com o objetivo de prestar atendimento social, psicológico e jurídico a pessoas de todas as faixas etárias e de ambos os sexos, não fazendo distinção quanto às características individuais, sociais ou culturais dos usuários atendidos pelo programa. O mesmo recebe uma demanda significativamente maior de mulheres, em comparação com o número de homens em situação de violência.

O fator motivador para o desenvolvimento desta pesquisa junto ao CEAV foi ter sido estagiária do programa. Durante este período, tivemos contato com a maioria dos usuários do programa bem como amplo acesso a documentação que contém os dados referentes ao perfil dos mesmos. Outro ponto relaciona-se à significativa diferença entre o número de casos masculinos e os femininos atendidos pelo programa, durante o período de estágio.

O número reduzido de atendimentos a homens, se comparado ao número de atendimentos a mulheres, nos despertava angústia e curiosidade. Questionando a coordenadora do programa sobre esta diferença, esta me incentivou a escrever e a pesquisar sobre o assunto, fato que também contribuiria para o programa, já que este não possui dados específicos sobre o tema.

Este trabalho se justifica pelas questões sociais e de saúde pública pelas quais passam homens e mulheres em situação de violência. A violência é, em si, uma questão de saúde pública, e a afeta fortemente, já que trata-se de um trauma - muitas vezes para toda a vida - cujas conseqüências vão desde ferimentos físicos, passando por depressão, perda de emprego, dificuldades financeiras, aumento nas internações, perda da auto-estima, morte, entre outros, é que este tema torna-se relevante para pesquisa.

¹ Grande Florianópolis envolve os municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São Pedro de Alcântara.

Baseando-se no fato do programa atender vítimas de crimes faz-se importante conceituarmos o que entendemos por crimes e porque escolhemos violência ao invés de crimes.

Entendemos por crime toda conduta que foge da regra formal, ou seja, das regras jurídicas, das leis de uma dada sociedade. Crime, em termos jurídicos, é toda conduta típica antijurídica e culpável, praticada por uma pessoa considerada capaz. Em um sentido mais trivial, crime é um ato que viola uma norma legal, moral. No sentido formal, crime é uma violação da lei. No conceito material, crime é uma ação ou omissão que se proíbe e se procura impedir por vias de sanções de penas, pode ser direcionado a um bem jurídico individual ou coletivo. Como conceito analítico, crime é a ação ou omissão típica, ilícita e culpável (SANTOS, 2010).

Violência é uma expressão utilizada para se referir a diversas situações, a diferentes significados e a múltiplos eventos com motivações e contextualizações variadas, é o uso intencional da força, contra si, contra outra pessoa, ou grupo que resulta e possa resultar em uma lesão, morte, dano psicológico, entre outros.

Por entendermos que crime é uma violência, e que este amplia o diálogo entre os diversos atores optamos desta forma por trabalhar a questão da violência. Para produzir esta análise, recorreremos a pesquisa de documentos oficiais do Programa, em específico Projeto, Plano de Trabalho, Atas de Estudos de Casos, Diretrizes para os CEAVs, Projeto Político Pedagógico da instituição gestora e Relatórios dos anos pesquisados. Ainda utilizaremos algumas Monografias e Dissertações referentes ao Programa.

CAPÍTULO I

1.1 – Definindo Violência

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.”

Violência então se caracteriza por um comportamento que pode vir a causar lesão à outra pessoa, que nega a sua autonomia, a sua integridade física e ou psicológica e a vida de outro. O termo deriva do latim "violentia"- aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa. Definindo-se como o uso excessivo de poder sendo este muitas vezes abusivo, podendo magoar, ferir, torturar e até matar.

Michaud (1989, apud BONAMIGO 2008) aponta que caracterizar um comportamento, uma atitude, uma situação como violentos significa atribuir um valor que poderá provocar uma atuação, como uma denúncia ou uma acusação. Assim, um ato de violência sempre será carregado de valores negativos ou positivos, vinculados à idéia de transgressão.

Hoje, os discursos políticos e a preocupação da ‘opinião pública’, espelhada pela mídia, apreendem qualquer desordem como uma violência que ameaça as regras sociais. Segundo MISSE, (1999 apud BONAMIGO 2008) a categoria violência comporta múltiplos significados na contemporaneidade e o termo não pode ser utilizado no singular. O autor enfatiza, ainda, que não existe violência, mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades.

O tema violência não é algo novo na sociedade brasileira, data da época do processo de colonização e expansão territorial, perpassando por diversos períodos da história até chegar-se ao atual momento.

A violência não é o apanágio de uma época, assim como a inteligência e a racionalidade não o são de outras (Odália, 1985, p.17)

Segundo Izumino (2002), a problemática da violência nos últimos 20 anos tornou-se, objeto de interesse e de discussão de estudiosos, especialistas e formadores

de opinião de várias áreas, bem como da população em geral, ocupando um lugar de destaque e de preocupação nas pesquisas de opinião. Enquanto isso, outros elementos começaram a surgir também associados à violência e não somente a pobreza, que era vista como sua principal causa.

A disseminação da violência na sociedade está ligada diretamente a uma cultura própria, que estimula e ratifica atos violentos como algo “natural”. Elementos como individualismo, consumismo e competição exacerbada. A agressividade deixou de ser um “defeito” para virar “traço comum” entre os habitantes das grandes cidades. Todos estão prontos para atacar antes que o “inimigo” o faça.

Pode-se classificar isto como uma cultura da violência que segundo Freire Costa² (1993), segue regras próprias e expõe os indivíduos a constantes danos físicos e morais, a violência começa a gerar expectativas, a fornecer padrões de respostas. Pressupõe que só a força resolve os conflitos emergentes no dia a dia. Assim, constrói-se a idéia de que a brutalidade é inevitável e a violência, um fenômeno necessário à nossa vida.

A violência torna-se um item obrigatório na visão de mundo que nos é transmitida. Cria a convicção tácita de que o crime e a brutalidade são inevitáveis. O problema é entender como chegamos a esse ponto, como e por que estamos nos familiarizando com a violência, tornando-a [parte do] nosso cotidiano (FREIRE COSTA, 1993, p.86-7).

Ao indagar sobre violência, o autor nos faz pensar sobre a internalização da mesma, ou seja, de que forma violência encontra-se arraigada em nossa sociedade e acabou tornando-se parte do nosso cotidiano; o exemplo mais comum nos dias atuais são os frequentes assaltos. Geralmente, quando se é assaltado e nosso dinheiro e pertences são levados, por costume agradecemos por terem sido apenas os bens materiais e não vida de quem é assaltado; essa postura acaba banalizando a violência.

A propagação de atos violentos, tem como cenário atitudes que envolvem a não aceitação das diferenças: a desigualdade social refletida na extrema pobreza de algumas famílias, a orientação sexual das pessoas, a cor da pele (raça/etnia), diferentes religiões ou credos, dentre tantas outras. Vive-se em um mundo de diferentes, apesar de não se ter aprendido a lidar com as diferenças, quando se nega a diferença do outro, está se negando o direito de sua identidade e, conseqüentemente, de suas necessidades.

² Jurandir Sebastião Freire Costa é Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro Biomédico, Departamento de Políticas e Instituições de Saúde e produziu um texto para os 25 anos da Revista Veja intitulado O Medo Social, para maiores informações consultar bibliografia.

O contexto sócio-econômico e cultural é outro aspecto importante na construção da violência, pois este muitas vezes influencia na ocorrência da agressão, visto que os seres humanos crescem e se moldam de acordo com a realidade em que estão inseridos. Constata-se, também, que os costumes e valores apresentados diariamente pela mídia através de filmes, seriados e outros tipos de programas, apresentam estruturas de poder, disputas entre gangues, competitividade e outros valores que incitam a violência.

Em artigo publicado sobre Exclusão Social, Paiva (2000) afirma que a sociedade deixa fragilizadas as pessoas que estão sem emprego, que não têm acesso a uma série de oportunidades e que são bombardeadas todos os dias pelos meios de comunicação com propagandas de uma sociedade de consumo para a qual poucos têm acesso.

As imagens/mensagens espetacularizadas pela mídia causam revolta, gerando o aumento da agressividade e, conseqüentemente, o aumento da violência. Ainda de acordo com Paiva (2000), a violência ocorre primeiramente dentro das famílias, em especial contra mulheres e crianças, atingindo posteriormente a sociedade, através do tráfico de drogas, assaltos, estupros, seqüestro, dentre outras formas.

A violência representa, para a sociedade, a fatia mais desprezível com a qual se tem que lidar e uma das mais difíceis de ser combatida, devido justamente às inúmeras particularidades com as quais se manifesta.

Hannah Arendt (1994, p. 14) nos fala que os resultados das ações dos homens estão para além do controle dos atores, a violência abriga em si mesma um elemento a mais de arbitrariedade. Segundo ela existe uma ausência de estudos que se destinam à compreensão do universo que compõe o campo sobre violências.

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, a primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. Na última enciclopédia de Ciências Sociais, a 'Violência' nem sequer merece menção (ARENDR, 1994, p.16).

A violência não possui em suas causas somente questões sociais unilaterais, como cita Misse (2008, p. 165) “[...] não existe a violência, mas muitas, diversas, postas em distintas funções, servindo a diferentes destinos.”

Quando se constata as diversas formas de violência, pode-se retratar que os processos sociais que as revelam nos denotam processos profundos da dialética da sociedade moderna. Como cita

Bittar (2008, p. 216) “[...] nem somente de luzes vive a sociedade moderna” (apud SANTOS, 2010).

Neste cenário, as pluralidades da violência são fotografadas como rebeliões sangrentas de pessoas em cárceres, crescimento de mortes de jovens no tráfico de drogas, chacinas, formação de grupos de extermínio, entre tantas outras violências que demonstram a fragilidade do sistema em que se vive atualmente (ADORNO; LAMIN, 2006).

Segundo Mafesoli (1987), não é possível analisar-se a violência de uma única maneira, como um fenômeno único, pois a sua própria pluralidade é a única indicação da multiplicidade de valores, do fato social investigado. Ela ainda nos fala que o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao controle, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social. Assim, a violência pode, ainda, ser entendida como: conflitos sociais e políticos, repressão, terrorismo, guerras civis e tiranias.

O Viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces (ODALIA, 1985, p.13).

Atualmente, a violência não possui um local específico, ela se encontra presente tanto nos bairros mais sofisticados, quanto nas favelas, percorrendo desta forma as diversas classes sociais. Vários tipos e formas de violência são noticiados e espetacularizados, dentre elas os roubos, furtos, assassinatos, sequestros, guerras, atentados, terrorismo, violência física, violência sexual, violência psicológica, tortura, violência policial, dentre outras.

A arquitetura atual também tem demonstrado um verdadeiro “apartheid” em função do medo desencadeado pela violência configurado nas casas com altos muros, cercas elétricas, cães de guarda, guaritas com vigias permanentes e alarmes. O que antes era espaço aberto proporcionando boas relações de vizinhança, agora transformou-se em verdadeiras “muralhas de defesa” e proteção, o que pode ser constatado, principalmente, em zonas que estabelecem os limites entre favelas e bairros de classe média alta.

A violência pode ser gerada por diversos fatores. Diversas também são as discussões sobre o papel do Estado e da sociedade no combate e prevenção das

diferenças produzidas por esta questão social³. Modelos clássicos e relatos de situações em que a violência transborda, quer seja pela amplitude com que se apresenta, quer por seu caráter inusitado, têm se apresentado como verdadeiros impasses para profissionais e pesquisadores. Estes colocam em cheque, não somente referências teóricas e técnicas, mas o modo de funcionamento social, as relações sociais e as atuais condições de cidadania e a cada novo estudo, novas possibilidades de geração de violência são apontadas (SANTOS, 2010).

Para Weaver e Maddaleno (2003, apud Silva, 2005), testemunhou-se um aumento considerável no nível de violência ao longo das últimas décadas. Esta alcançou proporções epidêmicas e se tornou um dos problemas de saúde pública mais sérios a se enfrentar, principalmente na região das Américas (SILVA, 2005).

A violência não é um evento isolado na vida das pessoas, alguns comportamentos são considerados como fatores de risco e facilitam o desempenho de comportamentos agressivos. São eles: portar ou ter acesso fácil a armas de fogo, abuso de álcool, uso de psicoativos, insultos verbais, etc.

Para Riffiotis (1999, apud SILVA, 2005), a violência está além do delito e da repressão, implica numa visão de mundo e isto tem significativas consequências, principalmente para os estudos que se concentram na construção das subjetividades daqueles que vivenciam a experiência da violência. Deparamo-nos de imediato com um jogo de linguagens onde diferentes tipos de fenômenos aproximam-se, enredando-se numa teia discursiva cuja amplitude é sempre crescente. Cotidianamente, nos referimos à violência familiar, no esporte, no trânsito, nas ruas, nas prisões, ou ainda com relação às precárias condições de vida, à fome, à miséria e, evidentemente, com relação à criminalidade; mas há ainda a violência racial, a violência contra o idoso, contra a mulher, contra a criança, contra a natureza e a violência nos rituais de sacrifício, violência física, psicológica, simbólica, cognitiva (SILVA, 2005).

O Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz (CIIP, 2002 apud BONAMIGO 2008), vinculado à Universidade para a Paz das Nações Unidas identificou práticas que considera violentas, agrupando-as em cinco tipos básicos, como a seguir:

³ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. (Iamamoto, 1983, p.77):

- a) Violência coletiva: é produzida “[...] quando a sociedade coletivamente, ou por meio de grupos significativamente importantes, participa ativa e declaradamente da violência direta” (CIIP, 2002, p. 33). Como exemplo, temos as práticas resultantes de uma guerra.
- b) Violência institucional ou estatal: refere-se a práticas resultantes de instituições legitimadas para o uso da força. Abrange as tecnologias de destruição e os processos armamentistas.
- c) Violência estrutural: é instituída dentro da estrutura social. Inclui as práticas, comumente denominadas, de desigualdade social. Abarca tanto os recursos distribuídos desigualmente quanto o poder desigual de decisão sobre essa distribuição.
- d) Violência cultural: refere-se ao tipo exercido de forma individual ou coletiva através da utilização da diferença para inferiorizar ou desconhecer a identidade do outro. As práticas de discriminação contra indivíduos ou grupos, as violências de gênero e as ações contra o meio ambiente, são exemplos.
- e) Violência individual: trata-se daquela que se manifesta de um modo interpessoal. São incluídos aqui “[...] os chamados fenômenos de segurança civil, tais como as violências anônimas, doméstica e contra as crianças” (CIIP, 2002, p. 34), os fenômenos da violência comum (não organizada) e a organizada, como, por exemplo, o narcotráfico.

Para analisar possíveis similaridades entre as definições anteriores e o agrupamento de diferentes práticas, denominadas violentas, recorreremos à noção proposta por Michaud (1989). Segundo o autor, de uma forma geral, são consideradas violentas situações de interação, quando [...] um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 10-11 apud BONAMIGO 2008).

A violência é um fenômeno produzido nos processos sociais, históricos e culturais, o que enfatiza a inadequação de se estudá-la de forma independente da sociedade responsável por sua produção (SANTOS, 2010).

Entre os principais tipos de violência estão:

1.1.1. Violência física, também classificada como individual

Pode se caracterizar como o uso da força com o objetivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes. São comuns agressões como murros, tapas, com objetos, queimaduras por objetos e ou líquidos quentes, estrangulamento, lesões por armas, amarra, arrastar, Danos à integridade corporal decorrentes de negligência (omissão de cuidados e proteção contra agravos a como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros), beliscões, pontapés, lesão por faca, entre outros. Quando a vítima é criança, além da agressão ativa e física, também é considerado violência os fatos de omissão praticados pelos pais ou responsáveis.

1.1.2. Violência sexual, também classificada como individual

A violência sexual compreende uma variedade de atos ou tentativas de relação sexual sob coação ou fisicamente forçada, no casamento ou em outros relacionamentos. O agressor abusa da vítima para obter gratificação sexual, sem o seu consentimento, sendo induzida ou obrigada a práticas sexuais com ou sem violência física.

A violência sexual acaba por englobar o medo, a vergonha e a culpa sentidos pela vítima, mesmo naquelas que acabam por denunciar o agressor, por essa razão, a ocorrência destes crimes tende a ser ocultada.

Este tipo de violência ocorre em todas as classes sociais e nas mais diferentes culturas. Os atos sexualmente violentos podem ocorrer em diferentes circunstâncias e cenários.

Dentre eles pode-se citar:

- Estupro dentro do casamento ou namoro;
- Estupro cometido por estranhos;
- Investidas sexuais indesejadas ou assédio sexual, inclusive exigência de sexo como pagamento de favores;
- Abuso sexual de pessoas mental ou fisicamente incapazes;
- Abuso sexual de crianças;
- Casamento ou coabitação forçados, inclusive casamento de crianças;
- Negação do direito de usar anticoncepcionais ou de adotar outras medidas de proteção contra doenças sexualmente transmitidas;
- Aborto forçado;

- Atos violentos contra a integridade sexual das mulheres, inclusive mutilação genital feminina e exames obrigatórios de virgindade;
- Prostituição forçada e tráfico de pessoas com fins de exploração sexual;
- Estupro sistemático durante conflito armado/
- As mulheres e os homens também podem ser estuprados quando estão sob custódia da polícia ou na prisão.

1.1.3. Violência psicológica, também classificada como cultural

A violência psicológica ou agressão emocional é tão ou mais prejudicial que a física, é caracterizada pela rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, desrespeito e punições exageradas. É uma violência que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente provoca cicatrizes para toda a vida.

Existem várias formas de violência psicológica, como a mobilização emocional da vítima para satisfazer a necessidade de atenção, carinho e de importância, ou como a agressão dissimulada, em que o agressor tenta fazer com que a vítima se sinta inferior, dependente e culpada. Outras formas são os insultos constantes, calúnias, difamação, gritos, desvalorização, sentimento de culpa, inferioridade, ridicularização, negligência (atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros), críticas pelo desempenho sexual.

A atitude de oposição e aversão também é um caso de violência psicológica, em que o agressor toma certas atitudes com o intuito de provocar ou menosprezar a vítima. As ameaças de mortes também são um caso de violência psicológica.

1.2 – Identificando a masculinidade e a sua relação com a violência

Ao se analisar algumas fontes como IBGE, Ministério da Saúde ou da Justiça, observa-se que a questão da violência não fica restrita a uma determinada classe social, grupo étnico ou idade, apesar de se possuir uma maior evidência nos segmentos sociais mais desfavorecidos.

Os dados constantes nestas pesquisas evidenciam que o homem sofre e produz mais violência do que a mulher e que em consequência, a expectativa de vida de um homem é bem menor do que a de uma mulher seja por mortes no trânsito, ingestão de álcool e drogas ou outras.

Entre os fatores que contribuem para que as mulheres tenham uma expectativa de vida superior a dos homens podemos destacar: a sua menor participação em ocorrências de violência urbana, um número reduzido na posse de vícios, e seu espírito de preservação da espécie, já que são genitoras.

De acordo com a publicação Saúde Brasil 2007, do Ministério da Saúde, a cada 5 pessoas que morrem com idade de 20 a 30 anos, 4 são homens. Os homens correspondem por quase 60% das mortes no país. Das 1.003.350 mortes ocorridas em 2005, 582.311 foram de pessoas do sexo masculino – 57,8% do total. Assim, a cada três pessoas que morrem, duas são homens, aproximadamente. Eles vivem, em média, sete anos menos do que as mulheres e têm mais doenças do coração, câncer, diabetes, colesterol e pressão arterial mais elevadas. (Ministério da Saúde, 2011)

De fato, são os homens que apresentam maior expressão nos dados estatísticos, especialmente nos casos que envolvem homicídios, não apenas como autores, mas também como vítimas (MACHADO, 2001; WAISELFISZ, 2011).

Apesar da prerrogativa da influência da mídia nas questões relativas à violência e dos dados que afirmam ser o homem uma vítima potencial de violência, este não é um tema novo. A violência sofrida pelo homem tem início nas sociedades antigas conforme nos fala Nolasco:

Na história das sociedades, encontramos a violência associada à guerras, mas perpassa a vida cotidiana do sujeito empírico e funciona como um indicador de existência (NOLASCO, 2001).

Este cenário nos auxilia a pensar a relação entre masculinidade e violência, e segundo Nolasco (2001), o envolvimento de homens em situações de violência pode ser compreendido como expressão de um complexo emocional masculino retratado pelos sentimentos de angústia, medo e insegurança.

A violência masculina pode ser pensada como uma divergência gerada pelo sentimento de perda dos modos de reconhecimento social provenientes de um conceito de masculinidade determinado pelas sociedades tradicionais.

Nas sociedades tradicionais, o reconhecimento e a visibilidade social se definem segundo hierarquias que articulam diferentes sujeitos dentro da cultura. Essa malha perpassa diferentes níveis (classe, sexo, raça e opção sexual), estabelecendo entre eles valores e subordinações. Nestas sociedades o sujeito é identificado segundo variáveis de tempo e espaço (velho, jovem, sulista, nortista), que lhe conferem possibilidades de inserção social na comunidade (NOLASCO, 2001)

A pressão cotidiana resultante da exigência do cumprimento de papéis sociais/culturais (provedor/protetor) ao lado do conjunto de "referenciais de masculinidade tais como estão ainda hoje definidos em nossa sociedade – como virilidade, conquista e sucesso – causam danos a milhares de homens, haja vista as estatísticas de mortes no trânsito, homicídios, envolvimento com drogas e criminalidade" (Nolasco, 2001).

O homem que não consegue satisfazer as expectativas impostas pela sociedade em relação ao cumprimento de seus papéis, não encontra respaldo para sua masculinidade no imaginário cultural e a sua identidade fica ameaçada. Um homem não pode mostrar-se fraco, cada vez que "fraqueja" sente sua condição de homem ameaçada.

A inserção social dos homens na sociedade pode ser pensada através do viés da masculinidade. Robert Connel (1995:188) destaca que a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Medrado (2008), nos fala que devemos adotar a perspectiva de gênero, buscando compreender como diferenças se constituem em desigualdades, indo além dos sexos como determinantes biológicos e da 'divisão' sexual do mundo.

Para Sarti (2004), é preciso a adoção de uma perspectiva que rompa com a visão feminista dicotômica que adota a noção de dominação, desconsiderando o jogo relacional de poder entre o eu e o outro (SARTI, 2004, apud, MEDRADO, 2008)

De acordo com Lisboa (2005), no Brasil, a utilização da categoria gênero enquanto uma categoria analítica é introduzida pelas estudiosas do feminismo, a partir dos anos 1980. A partir de questionamentos sobre as categorias patriarcado, divisão sexual do trabalho e relações entre os sexos, a discussão sobre relações de gênero tenta mostrar que as diferenças sexuais superam a "simples" definição biológica, pois agregam em si características socialmente construídas, podendo os papéis de homem e mulher variar conforme a cultura.

Saffioti (2004) também nos traz uma reflexão acerca de sexo e gênero: "[...] sexo e gênero [são] uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida" (2004, p.108).⁴ Para a autora, o ser humano deve ser visto em sua totalidade, visto que é uno e ao mesmo tempo múltiplo.

⁴ Ainda na concepção de Saffioti, "[...] o gênero – as posições sociais respectivas de mulheres e homens – não é construído sobre a categoria (aparentemente) natural do sexo; mas, ao contrário, o sexo tornou-se um fato pertinente, e, portanto, uma categoria da percepção, a partir da criação da categoria de gênero, isto é, da divisão da humanidade em dois grupos antagonistas, dos quais um oprime o outro, os homens e

Ao abordar as relações de gênero, queremos deixar claro que não estamos nos referindo única e exclusivamente às mulheres, mas nos situando na trama das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, entre o masculino e o feminino. O gênero atravessa as relações humanas, seja na esfera social, política, econômica, cultural ou mesmo simbólica.

[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes (SAFFIOTI, 2004, p. 116).

Concordamos com a autora quando esta coloca que as representações entre o masculino e o feminino são construções sociais que atravessam as relações humanas, a distinção entre homens e mulheres é biológica, mas a forma como se vive isto é um fenômeno cultural.

Saffioti também nos faz refletir sobre a dominação do homem sobre a mulher, o que pode-se chamar de Patriarcalismo. Entende-se por Patriarcalismo como sendo um modo de estruturação e organização da vida coletiva baseado no poder de um “pai”, isto é, onde prevalecem as relações masculinas sobre as femininas; e o poder dos homens mais fortes sobre outros.

Apesar de atualmente diante da forte resistência das mulheres sobre este poder, muito já se avançou para mudar este quadro.

Almeida (1996 apud, MEDRADO, 2008), destaca que masculinidade e feminilidade são metáforas de poder e de capacidade de ação que orientam valores e práticas sociais de homens e mulheres.

Segundo Machado (2000, p. 04) “gênero e patriarcado são conceitos distintos não opostos”. O patriarcado possui um conceito fixo contendo, no seu bojo, a dominação masculina. Já o conceito de Gênero remete a relações não fixas entre homens e mulheres. Nesse sentido, as relações sócio-simbólicas são construídas e podem ser transformadas.

as mulheres” (SAFFIOTI, 1992, p.90). A nomenclatura gênero surge com efervescência num clima de inquietações e revisão no campo ontológico e epistemológico das Ciências Humanas e Sociais.

O conceito de gênero não implica o deixar de lado o de patriarcado. Ele abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de patriarcado parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade (Machado, 2000, p. 04)

As relações entre masculinidade e violência, trazem à tona padrões históricos e hegemônicos que tradicionalmente associam o masculino a aspectos como as agressões físicas, o controle e o exercício da autoridade. Tais aspectos configurariam expressões de virilidade – seja na esfera pública, seja no âmbito do privado.

Neste sentido, aponta-se para identidades masculinas fortemente caracterizadas por “um roteiro performático em que o modo de se apresentar e se fazer reconhecer socialmente passa pelo exercício espetacular de ações agressivas que mostrem sua capacidade de desafiar e enfrentar, não importa quem” (MACHADO, 2001, p. 19-20).

A característica da masculinidade poderia unir-se com elementos como o uso da arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista de mulheres, o enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo e livre. Ao se adotar comportamentos agressivos ou de risco corrobora-se com a imagem de força viril comumente associada ao léxico masculino da valentia, aventura e ousadia (ABRAMOVAY, 2010)

Segundo Nolasco (2001):

a palavra “masculinidade” encontra em sua raiz as denominações: “viril”, “energético”, “forte” e “ativo”. Esta aproximação vai além de uma pertinência semântica; masculinidade e violência guardam entre si relações que vão do modo como os meninos são socializados, até a maneira como o sujeito compreende seus sentimentos como sendo de homem, ou seja, o que ele sente passa a se corresponder diretamente com a imagem que definiu para si mesmo (Nolasco, 2001).

Algumas vezes esta associação entre violência e masculinidade apresenta-se extremamente arraigada nos discursos, práticas e subjetividades que acabam por alimentar um estereótipo de gênero no qual se tem a impressão de que são os homens, exclusivamente, os autores das violências.

A participação feminina em atos de violência contra homens tem ganhado uma maior expressão, sinalizando talvez transformações sociais nos papéis tradicionais, ou uma visibilização maior sobre um fenômeno recorrente, mas que por questões arraigadas na sociedade sobre o homem macho, não eram citadas.

O número de delitos relacionados à violência física cometidos por mulheres tende a ser significativamente menor do que o de homens, sendo também considerados, muitas vezes, como de gravidade mais baixa. Esse padrão tem, de certa forma, invisibilizado as práticas violentas empreendidas por mulheres, tanto no meio acadêmico quanto nos demais espaços sociais, embora assistamos a uma presença cada vez maior na mídia de notícias que divulgam casos de agressões de autoria feminina. Ademais, teóricas como Badinter (2005) também apontam para a omissão na literatura científica da violência protagonizada por mulheres, contra ambos homens e mulheres – uma omissão que ocorreria, de acordo com a autora, primordialmente em função de estereótipos de gênero que impediriam análises com maior teor de objetividade (ABRAMOVAY & CUNHA, 2009).

A intenção dos autores ao identificar a ligação entre violência e gênero é útil para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e de homens como vítimas e autores (as). Não negando, contudo as inúmeras dinâmicas sociais que continuam a vitimizar mulheres, mas procurar dar espaço também aos contextos em que elas próprias emergem como autoras de violências.

Para dar uma maior visibilidade ao tema traremos o quadro de uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, intitulada: **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. Esta pesquisa apresenta a evolução do pensamento e do papel das mulheres brasileiras na sociedade, e dentre os temas abordados pela pesquisa encontra-se a Violência Doméstica. A pesquisa também traz um recorte de gênero, sendo este o quadro que irá se apresentar. O quadro traz um comparativo entre homens e mulheres em números percentuais, que sofreram violência.

PESQUISA - MULHERES BRASILEIRAS E GÊNERO NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO
Recorte da pesquisa da pag. 231.



	MULHERES	HOMENS
	2010	2010
JÁ SOFREU ALGUMA VIOLÊNCIA (ESPONTÂNEA)	18	10
FÍSICA OU AMEAÇA (à integridade física)	12	6
SEXUAL	4	
PSÍQUICA/VERBAL	4	3
ASSÉDIO	0,4	
CONTROLE/CERCEAMENTO	0,3	
NUNCA SOFREU NENHUMA VIOLÊNCIA (ESPONTÂNEA)	80	89
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU/RECUSA	1	1

Fonte: Fundação Perseu Abramo em conjunto com o SESC.

As perguntas⁵ feitas aos entrevistados foram:

Pergunta para as Mulheres: Mudando de assunto, em algum momento da sua vida você já sofreu violência por parte de algum homem, conhecido ou desconhecido? Você poderia contar como foi o pior caso de violência que já sofreu?

Pergunta para os Homens: Mudando de assunto/Sem contar sua mãe, em algum momento da sua vida você já sofreu violência por parte de alguma mulher, conhecida ou desconhecida? O que aconteceu?

Tomando-se por base o quadro acima, pode-se verificar que apesar de as mulheres terem um maior percentual no quando se fala em violência quesito violência, os homens também sofrem violência, apesar do número reduzido que as externalizam.

⁵ Perguntas retiradas da pesquisa.

CAPÍTULO II

2.1 – Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes

A natureza humana, a religião, a cultura e a existência de direitos historicamente construídos são diferentes fontes de fundamentação dos Direitos Humanos. Contudo, em cada uma dessas possibilidades de fundamentação, dois elementos aparecem como constantes: a igualdade e a dignidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada em 1948 com a aprovação de 48 Estados-membros presentes à Assembléia-Geral da ONU, com a abstenção de apenas 08 países. A Declaração consolidou uma visão contemporânea dos Direitos Humanos, marcada pela universalidade, pela indivisibilidade e pela interdependência.

A universalidade implica o reconhecimento de que todos os indivíduos têm direitos pelo mero fato de sua humanidade. A indivisibilidade implica na percepção de que a dignidade humana não pode ser buscada apenas pela satisfação de direitos civis e políticos, mas a garantia simultânea dos direitos econômicos, sociais e culturais. Já a interdependência aponta para a ligação existente entre os diversos Direitos Humanos, como a efetivação do voto.

toda pessoa tem o direito a receber dos tributos nacionais competentes, remédio efetivo, para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei (ONU, 2011)

No Brasil, o processo de constituição de um sistema social se deu no período de 1930 a 1945, seguindo as grandes transformações sócio-econômicas derivadas da passagem de um modelo agro-exportador para o modelo urbano industrial. Nessa fase, houve um reordenamento do Estado, que passou a assumir o papel ativo no desenvolvimento econômico e na garantia de educação, saúde, previdência, habitação popular, programas de alimentação e nutrição, saneamento e transporte coletivo.

A partir da criação da Constituição de 1988, o Estado brasileiro teve por obrigação dar uma atenção especial às pessoas vítimas de crimes, seus herdeiros e dependentes. Tendo-se em vista esta obrigatoriedade é que o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, decidiu fomentar, nos Estados, a

criação de centros de assistência e apoio a vítimas de crimes, como preconiza a Constituição.

Apesar da Constituição de 1988, prever em seu artigo 245 a obrigação do Estado Brasileiro em dar atenção especial às pessoas vítimas de crimes, seus herdeiros e dependentes, somente oito anos depois houve a edição do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 1, promulgado através de um Decreto Presidencial em 13 de maio de 1996. Apesar de se ter editado a PNDH 1, esta trouxe os avanços esperados, apenas com a PNDH 2, publicada em 2002, e a PNDH 3, publicada em 2009.

No ano de 1999 [o Ministério da Justiça] apoiou a implantação, nos Estados de Santa Catarina e Paraíba, de centros de assistência e apoio a vítimas de crimes atuantes nas áreas de suas respectivas capitais: Florianópolis, com o Pró-CEVIC⁶ - Programa Catarinense de Atendimento à Vítima de Crime, e João Pessoa, com o CEAV - Centro de Atendimento às Vítimas da Violência (SEDH, 2009).

A implantação destes Centros visa contribuir para a expansão da oferta de serviços que assegurem o exercício de direitos das vítimas e familiares de vítimas de crimes. Eles têm por objetivo a assistência e o apoio a vítimas de crimes, através da concessão de amparo jurídico, social e psicológico às pessoas vitimizadas.

A atuação interdisciplinar das áreas jurídica, social e psicológica busca primordialmente a reestruturação moral, psíquica e social da vítima. O acesso à justiça significa para essas pessoas o restabelecimento da ordem social individual e familiar, o que implica, em última instância, o controle da violência, o exercício da cidadania e o resgate dos direitos humanos (SEDH, 2009).

Em linhas gerais o funcionamento desses centros segue uma metodologia de funcionamento semelhante. O primeiro atendimento às pessoas que a eles recorrem é geralmente feito por psicólogos e assistentes sociais que, na oportunidade, colhem as informações necessárias para a instrução do processo de acompanhamento do caso: dados pessoais, escolaridade, profissão, estrutura familiar, situação de violência que a levou a procurar o centro etc.

Como em geral as queixas têm relação direta com importantes questões jurídicas, ocorre o encaminhamento para o núcleo jurídico, que a partir de então passa a acompanhar o andamento processual do caso.

⁶ No início o Programa chamava-se Pró-CEVIC e atendia principalmente mulheres vítimas de violência, este assunto será tratado com maiores detalhes em outro momento.

No aspecto social, os procedimentos referem-se basicamente ao apoio à família, capacitação profissional, encaminhamento para tratamentos de saúde etc. Para tanto, são acionadas as várias instituições governamentais e não governamentais com atuação nessas áreas específicas, formando uma rede de parcerias que convergem em seus objetivos principais.

No aspecto psicológico ocorre o atendimento sempre centrado no luto violento, ou seja, no incidente criminoso razão motivadora da situação de vitimização. O acompanhamento é tanto individual quanto familiar, uma vez que a desestabilização do núcleo familiar é uma tônica constante nos casos atendidos.

Além dos atendimentos descritos acima, os Centros também devem ser responsáveis pelos chamados “trabalhos de prevenção da violência”, ou seja, a promoção de palestras educativas para públicos específicos, a fomentação do debate político na localidade em que ele se situa sobre a questão da vitimização e da violência.

A metodologia de funcionamento desses centros é semelhante, mas cada um possui sua especificidade conforme a região de atuação.

Como dito anteriormente em 1999 o Ministério da Justiça apoiou a criação de dois centros, CEAV – Paraíba e Pró-CEVIC em Santa Catarina, no ano de 2000 essa rede foi ampliada com o ingresso de São Paulo – CRAVI e Minas Gerais – NAVCV, em 2001 04 novos centros juntaram-se a rede CEAV – Espírito Santo, CAV CRIME – Alagoas, CEVIBA – Bahia e COAV – Rio de Janeiro.

Atualmente existem 14 Centros de apoio às vítimas de crime implantados no Brasil, sendo que alguns destes possui convênios municipais e outros estaduais, ambos ligados a Secretaria de Direitos Humanos de âmbito Federal.

Os 14 Centros existentes são:

Município	Região	Centro
PA	Norte	NAV– PA – Núcleo de Atendimento as Vítimas de Violência do Pará
AL	Nordeste	CAVCRIME-AL – Centro de Apoio a Vítimas de Crimes de Alagoas
BA	Nordeste	CEVIBA – Centro de Atendimento a Vítimas da Bahia
PB	Nordeste	CEAV-PB – Centro de Atendimento a Vítimas da Violência da Paraíba
PE	Nordeste	CAF - Centro de Atendimento a Familiares de Vítimas de Homicídio e Lesão Corporal de Olinda/PE
GO	Centro -Oeste	CEAV-GO –Centro de Atendimento a Vítimas de Violência de Goiás
ES	Sudeste	CEAV-ES – Centro de Atendimento a Vítimas da Violência do Espírito Santo
MG	Sudeste	NAVCV – MG – Núcleo de Atendimento as Vítimas de Crimes de Minas Gerais
BH	Sudeste	CAVIV/BH – Centro de Apoio às Vítimas de Violência Intra-familiar de Belo Horizonte
RJ	Sudeste	CEAV – RJ – Centro de Atendimento e Apoio as Vítimas de Violência de Petrópolis
SP	Sudeste	CRAVI-SP – Centro de Referência e Apoio a Vítimas (atendimento gratuito a familiares de vítimas de crimes fatais e latrocínios)
RS	SUL	Centro de Referência as Vítimas de Violência de Porto Alegre/RS
RS	SUL	Centro de Referência e Apoio a Vítimas de Violência – cuidado, orientação e prevenção a violência física, psicológica e sexual
SC	SUL	CEVIC ⁷ – SC – Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes de Santa Catarina

Fonte: Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Salientamos que o Programa está no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos e faz parte do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, eles contam com financiamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. O CEAV de Santa Catarina constitui-se como uma política de Governo e não de Estado, tendo-se por base que não existe uma legislação específica que garanta seu funcionamento, como é o caso do Programa Proteção a Testemunha Ameaçada.

A idéia inicial dos CEAVs surgiu em um encontro promovido pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, no ano de 1996, com a participação da Professora Doutora Esther Kosowiski – então vice-presidente da Sociedade Mundial de

⁷ Atual CEAV.

Vitimologia. A Dra. Esther explanou sobre o tema “Vitimologia”, quando expôs, dentre outros assuntos, a existência de centros de atendimento à vítima nos EUA, Europa, Argentina e Chile, apresentando também a Declaração dos Direitos da Vítima, promulgada pela ONU em 1985.

O então presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, em conjunto com o então Diretor de Justiça e Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Santa Catarina, interessaram-se pela idéia, e na época buscaram apoio junto ao Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e com o PNUD – Programa das Nações Unidas - para o desenvolvimento do projeto. Para tal, viabilizaram o financiamento do projeto em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, (esta Secretaria mais tarde teve sua nomenclatura alterada para Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, atualmente o Governo do Estado de Santa Catarina está promovendo a reabertura desta Secretaria, estando atualmente o Estado com ambas).

Inicialmente criado em Florianópolis, três anos após sua criação, e tendo em vista o sucesso do projeto, o Estado de Santa Catarina tornou-se uma exceção em nível de Brasil, por ser o único Estado a levar o projeto para municípios do interior⁸, implantando no ano 2000 no município de Lages, em 2001 no município de Joinville totalizando, dessa forma, três unidades do CEAV no Estado, após esta interiorização outros municípios também.

Independente da nomenclatura adotada em cada região, tendo em vista que existe hoje uma diferenciação destas em alguns Estados, pode-se dizer que estes programas estão sendo executados com o objetivo primordial de conceder amparo jurídico, social e psicológico às pessoas vitimizadas, além de trabalhar algumas questões de prevenção à violência e fomentando uma cultura de paz. A atuação interdisciplinar nestas áreas busca primordialmente auxiliar a reestruturação moral, psíquica e social da vítima. O acesso à justiça significa para essas pessoas o restabelecimento da ordem social individual e familiar, implicando também, o domínio da violência, o exercício da cidadania e o resgate dos direitos humanos.

No início, o Centro de Atendimento à Vítima do Estado de Santa Catarina, era denominado - Programa de Atendimento a Vítimas de Violência (Pró-CEVIC) como já citado, financiados pelos Governos: Federal e Estadual, e administrado exclusivamente

⁸ Informação retirada da Dissertação de Mestrado de Luciane Lemos da Silva, ex-coordenado do antigo CEVIC.

pelo Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Em 2004, a administração da Entidade foi passada para a Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação (SERTE), instituição filantrópica. E a partir de 2008, o gerenciamento dos C EAVs foi transferido para o Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA).

O CEAV – Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes, teve início em 31 de março de 1997 com o objetivo de prestar atendimento social, psicológico e jurídico a vítimas de crime da Grande Florianópolis. Neste momento o projeto usava a sigla PRÓ-CEVIC. Este foi um projeto pioneiro no Brasil, onde pela primeira vez órgãos governamentais demonstram preocupação integral com a Vítima, analisando seus aspectos sociais, psicológicos e jurídicos. Faz-se importante salientar que apesar de da preocupação integral com a vítima, ela nunca saiu totalmente do papel, fazendo com esta preocupação tornar-se significativa, mas não integral. Sendo esta preocupação de fundamental importância para a redução das altas taxas de criminalidade e violência observadas ao longo dos anos.

A Constituição Brasileira assegura Direitos e Garantias ao cidadão, cabendo ao Estado assegurá-los. Da mesma forma a Declaração de Princípios Básicos de Justiça para Vítimas de Delitos e Abuso de Poder da ONU sugerem a implementação de políticas públicas⁹ nesta área. E foi pensando nestas resoluções que o CEVIC foi criado.

Até 2008, o público alvo atendido pelo CEAV era constituído primordialmente por mulheres vítimas de violência doméstica e utilizava a sigla CEVIC. A mudança foi implantada pelo CCEA, tendo-se em vista uma determinação da Secretaria Especial de Direitos Humanos, buscando uma padronização nacional. Esta nova concepção trouxe a ampliação do diálogo entre os diversos atores e colocou o programa também dentro da concepção metodológica da entidade gestora (SANTOS, 2010).

Desta forma, dentro da linha de pensamento e fazer da entidade gestora, o programa procura através de seus atendimentos empoderar as vítimas a fim de que estas possam reeditar suas próprias histórias. O cuidado com a vida que também é outro eixo articulador do trabalho do CCEA, também está presente nos relatos de atividades de atendimento dos usuários do Programa. Nesta perspectiva, o cuidado deve se dar por todas as teias que envolvem a constituição de um sujeito cidadão. Ou seja, garantir o

⁹ “(...) Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)” Flavio Barcelos Guimarães (2008).

direito à vida é, portanto, garantir também o acesso à justiça e aos bens de consumo de uma sociedade. Emprego, moradia, saúde, educação, cultura e lazer se tornam elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma vida com qualidade (SANTOS, 2010).

A construção de um Sistema Nacional de Atendimento e Assistência a Vítimas da Violência supõe, sem sombra de dúvidas, a garantia de um conjunto de direitos das vítimas da violência e seus familiares. Estes fazem menção a uma assistência integral dirigida à vítima e seus familiares, bem como a direitos coletivos, como a segurança e o acesso à justiça, calcado, portanto, na premissa da integralidade e indivisibilidade dos direitos humanos. É nesse contexto que se insere o Centro de Atendimento a Vítimas de Crime de Florianópolis, (CEAV). O programa nasce e se desenvolve como uma resposta do Estado para as demandas ocasionadas em virtude de diversas violências. O seu objetivo é contribuir para a expansão da oferta de serviços que assegurem o exercício de direitos das vítimas e familiares de vítimas de crimes. [Sejam elas, testemunhas, familiares ou quaisquer pessoas que direta ou indiretamente estão ligadas a ações criminosas.] (SANTOS, 2010).

2.2 – Centro Cultural Escrava Anastácia

O Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA é uma organização não-governamental sem fins econômicos, como caracteriza a Lei Nº. 12.101 de 27 de novembro de 2009, na qual dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Fundada em sete de junho de 1994, e seu registro oficial em Cartório data de 25 de Maio de 1998, na capela Nossa Senhora do Monte Serrat, a partir da intuição e do trabalho de um grupo de mulheres negras da comunidade, que tinha como preocupação encontrar alternativas para que seus filhos e filhas não ficassem entregues aos apelos do tráfico e da criminalidade. Esse grupo foi apoiado pelo Padre Wilson Groh, que mora na Comunidade desde 1983 e assessorou o processo de organização da Comunidade, especialmente dessa ONG.

Os projetos do Centro Cultural Escrava Anastácia são mantidos em parceria com organismos públicos, instituições privadas nacionais e internacionais, prestação de serviços da entidade e doações eventuais de pessoas físicas.

O CCEA foi criado com a finalidade de desenvolver projetos e atividades educativas com os moradores da Comunidade do Monte Serrat, todos tendo como foco a articulação de forças sociais e a constituição de redes.

Uma rede é um sistema de nós e elos capaz de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum. (Ayres, 2010)

Estruturas flexíveis e cadenciadas, as redes se estabelecem por relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo. As redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional, tanto para as relações pessoais quanto para a estruturação social. (Ayres, 2010)

A partir das pequenas ações, focadas na comunidade, a atuação da entidade foi-se expandindo a várias comunidades empobrecidas da Grande Florianópolis e de Santa Catarina, visando sempre possibilitar a crianças, adolescentes, jovens e adultos, a conquista e o exercício de seus direitos, ampliando suas possibilidades, não apenas de sobrevivência, mas de VIDA, com dignidade.

Nesse percurso, a **missão** assumida pelo CCEA é o empoderamento de sujeitos individuais e coletivos das periferias da Grande Florianópolis e de outras regiões de Santa Catarina, como Lages e Joinville, e sua inserção social, através da implementação de processos sócio-educativos que possibilitem o aumento da auto-estima, da capacidade de leitura e da compreensão da realidade sócio-cultural e o compromisso comunitário e cidadão. Ao definir como prioridade o trabalho com as periferias, o CCEA explicita sua escolha por pensar e agir a partir das margens (PPP, 2010, p 06):

Empoderamento pode ser visto como a noção freiriana da conquista da liberdade pelas pessoas que têm estado subordinadas a uma posição de dependência econômica ou física ou de qualquer outra natureza (VALOURA, 2010).

(...) processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a

transformação de relações sociais de poder (BAQUERO, 2010 apud **Pase**, 2007 p. 8).

Segundo Bruno Ayres (2010) “Participar de uma Rede Organizacional envolve algo mais do que apenas trocar informações a respeito dos trabalhos que um grupo de organizações realiza isoladamente. Estar em rede significa realizar conjuntamente ações concretas que modificam as organizações para melhor e as ajudam a chegar mais rapidamente a seus objetivos. (O que são redes? 2010)

A população atendida pelo CCEA é de crianças e adolescentes, famílias, trabalhadores e idosos. O trabalho se dá em especial com jovens das comunidades de periferia, com maior dificuldade de escolarização, envolvimento ou beirando ao tráfico e a criminalidade e com menor renda per capita. Atualmente, o CCEA atende uma média 600¹⁰ jovens.

Nesta perspectiva, as periferias não se definem pela oposição ou afastamento de um centro, mas pela opção pelo fronteiroço, pelo marginal, como a possibilidade da emergência de vozes, culturas, histórias, linguagens e interesses silenciados ou excluídos na modernidade ocidental (Centro Cultural Anastácia, 2010).

Atualmente os projetos desenvolvidos pelo CCEA são:

- ✓ Incubadora Popular de Empreendimentos Solidários;
- ✓ Casa de Semiliberdade “Frutos do Aroeira”;
- ✓ Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito;
- ✓ Rito de Passagem (ProJovem Adolescente);
- ✓ Jovem Aprendiz;
- ✓ Procurando Caminho: resgatando vidas através do esporte de aventura e geração de trabalho e renda;
- ✓ Apoio ao Desenvolvimento Escolar – Encaminhamento de Bolsas e Pré-vestibular da Cidadania;
- ✓ Terceira Idade;
- ✓ Execução de Penas Alternativas;
- ✓ CEAV – Centros de Atendimento a Vitimas de Crimes (Florianópolis, Lages e Joinville).

¹⁰ Fonte: CCEA

2.3 – O Atendimento a Vítimas de Crimes no CEAV de Florianópolis

O cuidado com a vida, um dos eixos articuladores do trabalho do CCEA, está presente em muitos dos relatos de atividades de atendimento dos usuários do Programa. Segundo o Relatório anual de 2010 do CEAV, o cuidado com a vida deve acontecer por todas as teias que envolvem a constituição de um sujeito cidadão. Ou seja, garantir o direito à vida é, portanto, garantir também, o acesso a justiça e aos bens de consumo de uma sociedade. Emprego, moradia, saúde, educação, cultura e lazer se tornam elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma vida com qualidade (CCEA, 2010).

Pensando-se nisso é que o CEAV atende vítima, familiares de vítimas e testemunhas de crimes, nas mais diversas tipificações, entre os principais: contra a honra, contra o patrimônio, incolumidade pública, crimes contra a administração da justiça, crimes econômicos, mais, sobretudo os crimes mais graves como homicídio, atentado violento ao pudor, crimes contra a dignidade sexual, tortura e seqüestro (CCEA, 2010).

A área de abrangência do Programa se estende por toda região metropolitana da grande Florianópolis, formada pelas seguintes cidades: Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista, Tijucas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara (CCEA, 2010).

O CEAV de Florianópolis possui uma equipe de trabalho interdisciplinar¹¹, procurando entrelaçar os saberes e as práticas das diferentes especificidades. Esta equipe é formada por uma Assistente Social, um Advogado, uma Psicóloga, uma coordenadora, uma secretária, uma auxiliar de serviços gerais e duas estagiárias de Serviço Social, todos vinculados ao CCEA.

Os Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes buscam garantir a integralidade dos direitos das vítimas de crimes. Seus serviços se apóiam na abordagem teórica, técnica e prática do problema,

¹¹ O trabalho de colaboração em equipe distingue-se pela uniformidade dos objetivos a serem atingidos, realçando as relações de troca entre os diferentes membros. Assim, o trabalho em colaboração da equipe corresponderia ao trabalho em equipe interdisciplinar. A equipe interdisciplinar é definida como um grupo de profissionais, com formações diversificadas que atuam de maneira interdependente, inter-relacionando-se num mesmo ambiente de trabalho, através de comunicações formais e informais CHIATTONE (2011).

centrada na promoção da cidadania e da cultura dos direitos humanos nas atividades de assistência. Trabalham para instrumentalizar as pessoas vitimadas, para que avaliem os fatos vividos à luz de parâmetros legais e éticos, de modo que possam definir e formular estratégias de ação para acesso e efetivação da justiça.

A intervenção busca a construção da interdisciplinaridade no atendimento às vítimas. O exercício permanente do diálogo e da articulação de domínios de saber encontra fundamentos ético-políticos e teórico-metodológicos, capazes de apreender a diversidade e a complexidade da violência e criar eixos analíticos co-instrumentais para a intervenção qualificada (DIRETRIZES PARA OS CENTROS DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE CRIMES, 2010).

Segundo as Diretrizes Gerais para atuação dos CEAVs, os serviços de assistência psicossocial e jurídica nos Centros são executados de forma sistêmica por uma equipe que está envolvida com as seguintes atribuições:

- Integrar a equipe técnica responsável pelo acolhimento, estudo do caso, atendimento, encaminhamento e pela avaliação;
- Desenvolver e implementar instrumentos específicos de intervenção que possibilitem a escuta e a análise qualificada das demandas contidas no relato da vítima, sobre a situação vivenciada e o contexto de produção da violência;
- Orientar acerca dos direitos e garantias;
- Articular e fomentar a rede de serviços, acionando órgãos e instituições competentes;
- Produzir conhecimentos a partir da análise das informações e da sistematização da prática;
- Acompanhar os casos encaminhados durante o tempo necessário.
- Supervisionar estagiários;
- Realizar escuta qualificada da vítima, sobre o fato violento;
- Acompanhar, orientar e oferecer apoio a vítimas em audiências, oitivas e julgamentos;
- Promover a articulação da rede de atendimento (SEDH, 2009).

Para melhor atendimento dos usuários que acorrem aos serviços prestados nos CEAVs, a equipe técnica é composta por profissionais de: Serviço Social, psicologia e direito.

O Assistente Social tem como funções específicas realizar estudos sociais, entrevistas sócio-econômicas repassando todas as informações a respeito de direitos e orientações ao acompanhamento social com a vítima e com o agressor quando possível, emitir parecer social e ainda segundo as Diretrizes Gerais para os CEAVs:

- Mapear os equipamentos sociais disponíveis;
- Realizar visitas técnicas às instituições parceiras;
- Manifestar-se com sua contribuição teórica específica no estudo dos casos;
- Desenvolver trabalhos de caráter preventivo nas comunidades mais vulneráveis a violências;
- Elaborar o Plano de Estágio e supervisionar os estagiários de sua área específica (SEDH, 2009).

Outra função técnica do Assistente Social consiste em entender e articular a rede de parceiros, identificar e mapear serviços e políticas públicas disponíveis para possíveis encaminhamentos, que poderão ser utilizados para atender às necessidades dos usuários.

O profissional de Psicologia atua na prevenção da violência até o seu tratamento, prestando apoio psicológico regular a vítima e/ou seus familiares, que sofram diretamente os efeitos do crime, usando de intervenções fundamentadas em ações interdisciplinares, criando condições para que os usuários desenvolvam a capacidade de superar e/ou amenizar situações traumáticas, proporcionando uma visão positiva em reconstruir a vida. Valorizando a dignidade do outro é possível auxiliar na formação da identidade do sujeito, voltada para a construção da cidadania e emancipação fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos e corroborando para o rompimento do ciclo da violência. De acordo com as Diretrizes Gerais para os CEAVs tem como atribuição:

- Realizar escuta qualificada da vítima, sobre o fato violento; Fornecer o apoio necessário e a contextualização do fato violento, minimizando a dor referente a perdas e a vivência de vítimas e favorecendo seu fortalecimento como sujeito de direitos;
Colaborar, com seus instrumentais e saberes específicos, na análise da situação vivenciada, situando a produção da violência no contexto histórico, social, econômico e cultural;
- Identificar e apoiar casos com necessidades de encaminhamento para a rede de saúde mental;
- Acompanhar, orientar e oferecer o apoio psicológico e vítimas em audiências, oitivas e julgamentos;
- Elaborar o Plano de Estágio e supervisionar os estagiários de sua área específica (SEDH, 2009).

De acordo com as Atas dos Estudos de caso do CEAV de Florianópolis, este profissional oferece intervenção pontual em situações emergenciais e de acordo com as indicações oriundas do Estudo de Caso. Identificando-se a necessidade de atendimento

psicoterápico ou psiquiátrico em longo prazo, o usuário será encaminhado á rede de saúde mental do município (SANTOS, 2010).

O profissional do direito presta orientações, por meio de esclarecimento de questões legais e processuais, realiza o acompanhamento de processos judiciais tendo como objetivo primordial promover a informação jurídica e garantia de acesso pelos usuários e/ou famílias aos seus direitos, diante da violência sofrida.

Segundo as Diretrizes Gerais para os CEAVs cabe ao profissional do Direito:

- Promover o acesso á justiça;
- Favorecer todos os recursos para o esclarecimento do fato criminoso e para efetivação da justiça;
- Orientar e esclarecer os usuários sobre seus direitos, os meios de efetiva-los e os procedimentos legais necessários para ajuizamento de ações cíveis ou criminais;
- Acompanhar as audiências em delegacias, juizados e na justiça comum, quando necessário;
- Verificar o andamento dos inquéritos e processos, informando a vítima quanto os prazos e ás etapas;
- Encaminhar os processos aos órgãos competentes, de acordo com a especificidade da demanda;
- Manifestar-se com sua contribuição teórica especifica no estudo de casos;
- Elaborar o Plano de Estágio e supervisionar os estagiários de sua área especifica (SEDH, 2009).

Ainda segundo documento em comento¹² o advogado (a) tem sua atuação profissional jurídica delimitada, não podendo acolher demandas que são de competência e execução de outras instancias. Neste caso, a mesma será encaminhada para o órgão competente da demanda identificada (SEDH, 2009).

A equipe formada pelos técnicos executa um acolhimento direcionado para todas as pessoas que chegam as unidades. Neste primeiro momento o usuário conta, sempre quando possível, com a presença de mais de um dos profissionais, além das estagiárias (os). A partir deste primeiro acolhimento à equipe técnica, inicia o acompanhamento sistemático de cada caso. Alguns são encaminhados também para outros serviços disponibilizados nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer ou para outros programas da rede de apoio, outros ainda são esclarecidos sobre as dúvidas que o levaram até o CEAV e encaminhados a rede.

¹² Termo jurídico muito utilizado por Advogados que significa a evidenciação de algo comentado, ato ou o de comentar.

De acordo com as Diretrizes previstas para os CEAVs, estes devem acolher, orientar e encaminhar a serviços de atendimentos específicos, existentes na rede de proteção e defesa dos direitos humanos, vítimas de violação de direitos humanos, especialmente quando se tratar de idosos, mulheres, negros, indígenas, população LGBT, crianças e adolescentes, entre outros. Estas ações serão prestadas pelos profissionais e estagiários, devidamente capacitados e consistem em:

- Orientar e informar sobre deveres e direitos do cidadão e sobre a legislação que assegura esses direitos à população vítima de discriminação e violência, bem como dos direitos fundamentais da pessoa humana e de todos os segmentos mais submetidos a violações dos direitos;
- Encaminhar à Rede de Serviços Públicos e às organizações da sociedade civil que apresentam esses segmentos sociais para que apresentem denúncias sobre discriminação, violência e crimes aos órgãos competentes: Defensoria Pública; Ministério Público; Conselhos de Direito; Secretarias de Estados e dos municípios de Saúde, de Segurança Pública, de Assistência Social, de Justiça e Cidadania; Comissões de Direitos Humanos das assembleias legislativas e das câmaras municipais; OAB; Delegacias especializadas, entre outros. Estas são instituições que devem integrar a rede de serviços (SEDH, 2009).

Além dos atendimentos já descritos, os CEAVs também devem ser responsáveis pelos chamados “trabalhos de prevenção da violência”, ou seja, a promoção de palestras educativas para públicos específicos, a fomentação do debate político na localidade em que ele assiste sobre a questão da vitimização e das violências (SEDH, 2009).

As vítimas são encaminhadas ao CEAV a partir de diversos lugares, como:

- Delegacia de Polícia: após o registro de ocorrência;
- Conselhos Tutelares ou Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente: quando às vítimas são crianças ou adolescentes;
- Instituto Médico Legal: após o registro de lesão corporal;
- Encaminhadas por outros usuários; pessoas que já foram atendidas pelo CEAV e indicam para familiares, amigos e vizinhos;
- Encaminhados pela mídia (jornais, rádio e redes de televisão) entre outros.
- Hospitais;

- Prefeituras;
- Através da divulgação feita com cartazes e panfletos; material de divulgação do CEAVs.

Os atendimentos no CEAV de Florianópolis são realizados da seguinte forma:

A pessoa que chega ao CEAV é, primeiramente, acolhida e recebe o atendimento onde é identificada a violência sofrida; sendo realizados os procedimentos de um atendimento inicial quando se enquadra no foco de atendimento do CEAV ou encaminhada para a Rede de Serviços existente, em cada cidade, quando for identificada esta necessidade.

Retornos/procedimentos técnicos (acompanhamento/supervisão jurídico, social e psicológico), com casos novos e em atendimento.

Para além do atendimento inicial e do encaminhamento são realizados os retornos, atendimentos agendados com os profissionais da equipe técnica, conforme a necessidade de cada pessoa ou caso atendido.

Estes atendimentos têm por objetivo orientar a pessoa quanto aos seus direitos e nos processos judiciais decorrentes da violência sofrida; informar e encaminhar a pessoa às instâncias competentes assegurando-lhe o acesso aos direitos básicos, a vagas de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda, a um suporte psicológico para o enfrentamento das conseqüências da violência sofrida ou encaminhamento para tratamento terapêutico.

O atendimento a familiares destina-se aos familiares da pessoa que sofreu a violência e tem como objetivo conscientizá-los do estado emocional e também para estabelecer um contrato no sentido de comparecimento no CEAV para diálogo sobre procedimentos que possam ser tomados, visando à melhora do mesmo.

Este acompanhamento é realizado de acordo com a gravidade do caso podendo ser mensal, quinzenal ou semanal, e é um retorno da percepção do olhar familiar sobre o usuário e também se necessário a sugestão do técnico no sentido de procedimentos que poderão ser tomados para promover a saúde mental do mesmo usuário e o equilíbrio familiar.

CAPÍTULO III

3.1 – Um olhar sobre os homens, vítimas de violência - a Pesquisa

O presente estudo insere-se em uma pesquisa exploratória, com abordagem quanti-qualitativa, uma vez que trabalha com dados quantitativos e qualitativos, tendo como propósito a explicação sistemática dos fatos que ocorrem num dado contexto social e que geralmente se relacionam com uma multiplicidade de variáveis. Esse método se caracteriza por um estudo intensivo e deve considerar, principalmente, a compreensão integral do assunto investigado.

Conforme Richardson (1999), os métodos qualitativos e quantitativos, se diferenciam pela sistemática pertinente a cada um e também pela forma de abordagem do problema da pesquisa. O método quantitativo caracteriza-se pela quantificação dos dados coletados e pela análise desses dados por meio de técnicas estatísticas. O qualitativo ressalta Richardson, é a forma mais adequada para entender um fenômeno social, por exigir diferentes enfoques e geralmente envolver situações complexas. Esse método permite analisar a interação de variáveis, tornando possível a compreensão da realidade apresentada, de maneira mais aprofundada.

Como objeto de estudo escolhemos os prontuários de 31 homens vítimas de crimes, atendidos no CEAV - Florianópolis, no período compreendido entre de janeiro de 2008 a julho de 2001, sobre os quais se realizará um estudo exploratório para identificar as demandas, conhecer o perfil e verificar quais os tipos de violência de que foram vítimas.

A pesquisa foi documental, e como esclarece GIL, (1991)

A pesquisa documental muito se assemelha a pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de matérias que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1991, p. 66).

Através do nosso levantamento de dados, pela primeira vez os Prontuários dos homens atendidos no CEAV estão recebendo um tratamento analítico.

Foram identificados dados sobre o perfil de 31 homens atendidos pelo CEAV abrangendo as seguintes características¹³: faixa etária, escolaridade, local de residência, ocupação, estado civil, etnia, local de ocorrência da violência, quem são os agressores, tipo de violência sofrida, tipo de queixa, se esta foi registrada ou não em boletim de ocorrência, além da relação do agressor (a) com a vítima.

As questões éticas foram consideradas em todas as etapas do estudo, com a garantia do anonimato e da privacidade dos (as) usuários (as). Para tal não será utilizado nesta pesquisa, nomes e ou números de registros.

Para a coleta dos dados foi selecionado o período de janeiro de 2008 a julho de 2011, ano em que o CCEA assumiu a responsabilidade pelo CEAV. Os 31 cadastros registrados de homens vítimas de violência compõem o banco de dados que foram digitados no programa MS-Excel e analisados no mesmo. Os dados obtidos foram consolidados em tabelas e gráfico para a análise dos casos. Também foram realizados cruzamentos de duas ou mais variáveis de interesse que pudessem identificar a demanda observada.

Inicialmente, foram identificados os homens vítimas do período proposto pela pesquisa, e analisados os dados referentes a estes usuários (de modo geral) num total de 31 usuários. Apesar de sabermos que a maior parte dos usuários do CEAV é formada por mulheres vítimas de violência doméstica, verificou-se que existe uma diferença considerável entre estes dois públicos, feminino e masculino. Foi possível verificar também que a maioria destes homens não dá prosseguimento aos atendimentos.

3.2 Análises de dados obtidos através dos prontuários das vítimas.

Acreditamos que quaisquer que forem as estratégias adotadas por uma sociedade para o enfrentamento das mazelas relacionadas à violência têm que se fundamentar na busca constante de trabalhos de prevenção e de quebra do ciclo da violência. Acreditamos que, somente desta forma, poderemos trabalhar de uma forma mais efetiva na defesa e promoção de direitos humanos.

¹³ As características foram escolhidas baseando-se as informações contidas e praticamente todos os prontuários, tanto os antigos de 2008, quanto os mais novos de 2011. Apesar de o cadastro do usuário conter outras informações que deveriam ser preenchidas verificou-se que uma parcela destes prontuários não possui as mesmas preenchidas, como por exemplo, a renda deste usuário, o que impossibilitaria a verificação destas informações.

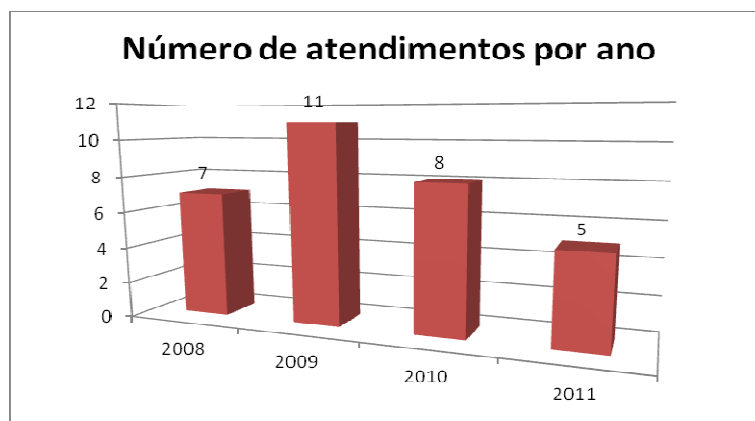
É neste contexto que se insere o Centro de Atendimento a Vitimas de Crime de Santa Catarina, o CEAV/SC. Este programa tem como prerrogativa atender a vítima, familiares de vítimas e testemunhas de crimes nas diversas tipificações como: contra a pessoa, contra o abuso de poder econômico, mais, sobretudo os crimes mais graves como homicídio, atentado violento ao pudor, crimes contra a dignidade sexual, tortura e seqüestro.

Na sequência, apresentaremos alguns dados que caracterizam o perfil dos homens atendidos pelo CEAV, no período de janeiro de 2008 a julho de 2011 pela unidade do CEAV de Florianópolis.

3.3 - Dados dos atendimentos realizados em homens no CEAV de Florianópolis - Santa Catarina

A primeira tabela a ser apresentada refere-se ao total de atendimentos realizados por ano, caber ressaltar que identificamos um total de 31 homens vítimas de violência, atendidos pelo CEAV, durante o período de realização da pesquisa.

Gráfico 01: Quantidade de atendimentos separados por ano.



Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

É possível constatar no quadro, que o ano de 2009 foi o ano em que se realizou o maior número de atendimentos: 37 % do total, seguido por 2010 com 27 %. Devido ao fato da pesquisa (levantamento de dados) abranger apenas o primeiro semestre de 2011, período em que encerramos o estágio obrigatório, o número de homens vítimas de violência deve ter sido maior ou igual ao ano anterior – 2010.

Apesar de 2009 ser o ano que mais foram registrados atendimentos a homens vítimas de violência, pode-se perceber que existe uma constância entre os anos. Normalmente ocorrem de 04 a 05 atendimentos por ano, sendo este um dado bastante significativo. A pergunta que se faz é se apenas 05 homens são vítimas de violência por ano na Grande Florianópolis, ou se o CEAV não está conseguindo chegar a estes homens, repassar a informação, ou quebrar as barreiras existentes neste público para trazê-los até o programa.

Sabemos, que este número deveria ser muito maior, mas como explicitado anteriormente por diversas razões, os homens não procuram os serviços de atendimento por medo ou vergonha de se expor. O número real extrapola a cifra de vítimas que romperam o silêncio e procuraram ajuda. O medo e a vergonha fazem com que muitos homens permaneçam calados, a maioria não registra queixa por constrangimento, humilhação, medo do que a sociedade, a família e os amigos irão falar. Os homens são particularmente afetados pela vergonha de não vencerem na vida, de não serem os provedores da família ou de não mostrarem seu devido valor ou honra no meio onde habitam, pois desde pequenos são ensinados a serem fortes, a não chorar, a não sentirem dor, a serem valentes entre outros.

Em relação ao usuário do CEAV – Florianópolis, constata-se que a maioria – 89% dos atendimentos¹⁴ - é formada por mulheres, enquanto que os usuários do sexo masculino respondem por 11%. Apesar da baixa quantidade de homens se comparado as mulheres, verificamos que a predominância da faixa etária dos homens atendidos pelo CEAV é dos 30 aos 40 anos.

¹⁴ Dado retirado da análise dos prontuários para a realização da pesquisa deste trabalho.

3.4 - Faixa Etária da Vítima

Tabela 01: Faixa etária

Faixa Etária	Número	Porcentagem
10 - 15	1	3%
16 - 20	2	6%
21 - 30	3	10%
31 - 40	13	42%
41 - 50	8	26%
51 - 70	1	3%
>71	2	6%
Não informaram	1	3%
	31	100%

Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

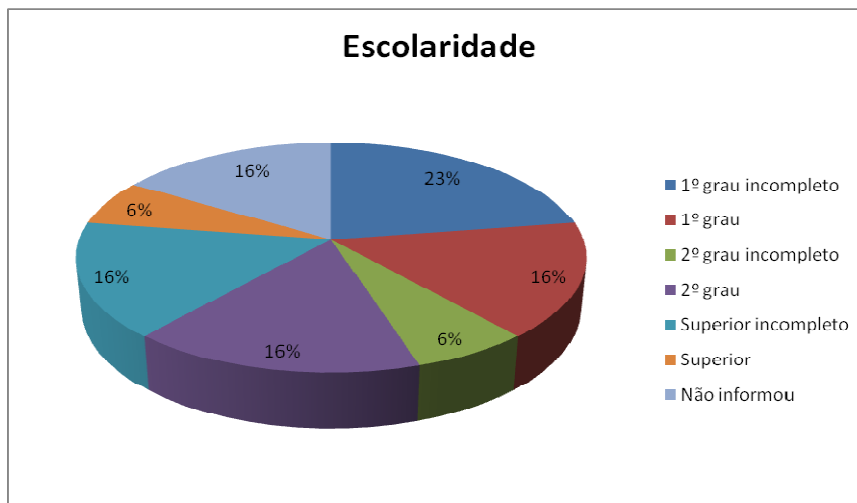
Acredita-se que os homens desta faixa etária (de 30 a 40) possuam mais consciência sobre a importância de denunciar, fazer um Boletim de Ocorrência, ou seja, possuem maior esclarecimento sobre “o que é ser uma vítima de crime”, por isso ocorre maior incidência de registros nesta faixa etária. Uma possível explicação para o reduzido número de usuários na faixa etária até os 19 anos pode ser a existência de serviços específicos que atendem crianças e adolescentes nas mesmas cidades que existem os CEAVs, como Florianópolis e São José.

Através da nossa prática de intervenção junto ao CEAV, acompanhamos notícias como a Pesquisa do IBGE, os noticiários televisivos, entre outros, mostram que a faixa etária dos 20 aos 30 anos é a que mais sofre violência, este dado vem discordar do dado levantado pela pesquisa, onde tem-se um percentual de 6%. Apesar de sofrer diversos tipos de violência que envolve a criminalidade urbana, é uma faixa etária que possui a questão da virilidade do homem muito forte e provavelmente, por esse motivo, não registram a queixa e não procuram atendimento especializado.

Os ideais que a sociedade prega às crianças do sexo masculino desde pequenos são brincar com armas de fogo, de carrinho, tem que ser vencedor nas lutas, entre outros. Este tipo de atividades fazem com que as crianças cheguem à adolescência querendo provar sua masculinidade, estando inclusive, mais propício a acidentes. Este tipo de simbologia faz com que os jovens não procurem ajuda, achando que isto poderá afetar sua masculinidade.

3.5 – Escolaridade da Vítima

Gráfico 02: Escolaridade



Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

A grande maioria das vítimas, cerca de 23% delas, possui o primeiro grau incompleto. Consta-se que predomina um baixo nível educacional, o que, teórica e culturalmente, faz com que eles sejam discriminados no mercado de trabalho, conseguindo apenas serviços de menor prestígio, tornando-se mão-de-obra barata, sendo chamados de peões ou outros nomes pejorativos. A falta de escolaridade nem sempre liga a sujeição das vítimas à violência, mas contribui para que elas desconheçam seus direitos.

Outro ponto a ser visto é diferença entre a faixa etária e o nível de escolarização, conforme tabela.

3.6 – Idade dos usuários

Tabela 02: Faixa etária e nível de escolarização¹⁵.

Faixa etária	Nível de escolarização
10 - 30	Baixa escolaridade
31 - 40	Alta escolaridade
40 - 50	Baixa escolaridade
50 em diante	Alta escolaridade

Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

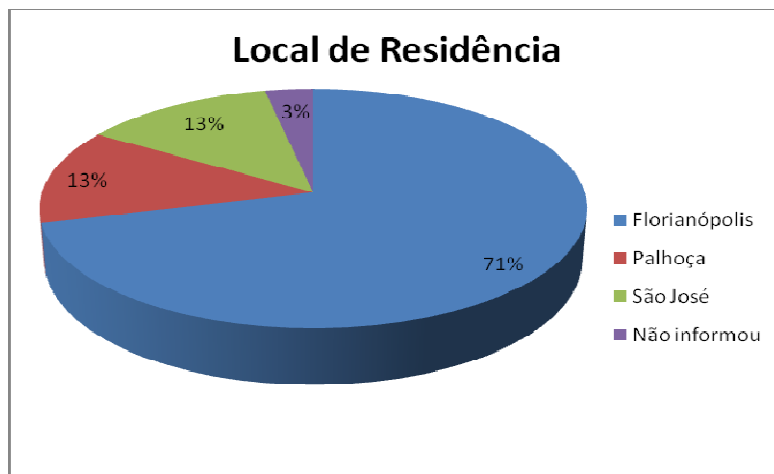
Fica evidente que a faixa etária mais jovem da população masculina atendida pelo CEAV possui baixa escolarização, ou seja, a maioria possui até o Primeiro Grau. A entrada precoce no mercado de trabalho geralmente reduz à oportunidade de frequentar a escola regularmente. Mesmo quando podem frequentar a escola, para muitos não sobra tempo nem forças para estudar, aumentando a repetência e a desistência.

Vale ressaltar que outros fatores afetam o nível de escolaridade dos jovens, tais como a renda familiar e a escolaridade dos pais, o tamanho da família, o local de habitação, entre outros. Porém, não há como negar que o trabalho precoce prejudica a escolarização dos jovens, porém, acreditamos que a maioria dos jovens nestas condições, não deixa de estudar, apenas retarda sua escolarização uma vez que a grande maioria precisa trabalhar para sustentar os estudos.

¹⁵ Entendemos por Baixa escolaridade o predomínio do 1º grau incompleto, Alta escolaridade o predomínio do 2º grau completo e ou superior.

3.7 – Moradia da Vítima

Gráfico 03: Local de residência



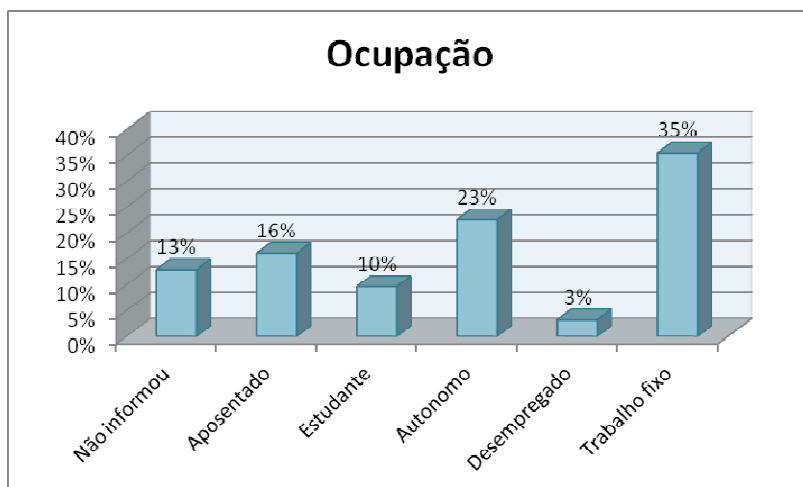
Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

Através deste gráfico, podemos constatar que a grande maioria dos homens vítimas de violência atendidos pelo CEAV concentram-se no município de Florianópolis, seguido por Palhoça e São José, que apresentaram a mesma porcentagem de casos atendidos pela instituição. Apenas uma pequena minoria não informou seu local de residência.

Ao constatarmos que a grande maioria dos usuários homens pertence ao município de Florianópolis, ou este município realmente possui um maior índice de violência sofrida pelo homem, ou falta divulgação sobre os serviços prestados pelo CEAV nos demais municípios.

3.8 – Ocupação Laboral da Vítima

Gráfico 04: Ocupação

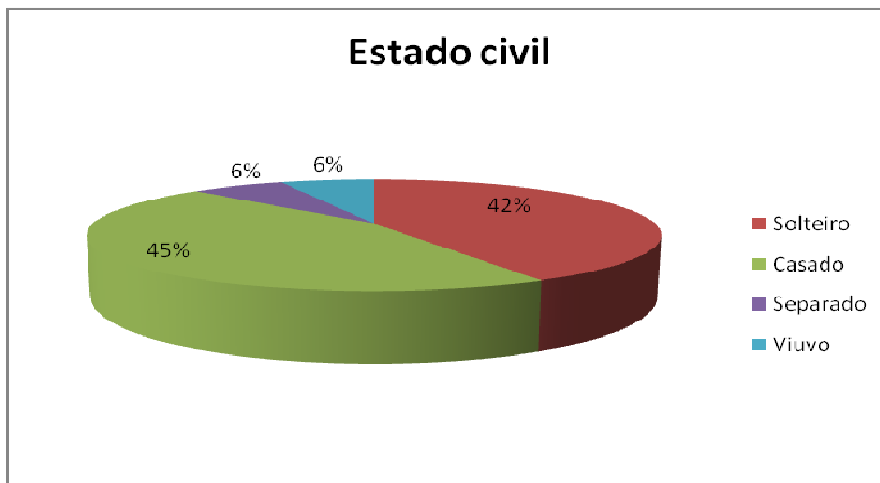


Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

No que se refere à ocupação laboral dos homens vítimas de violência encontramos 35 % que possuem trabalho fixo. Outro dado relevante correspondente que 23 % destes homens exercem uma atividade como autônomos, ou seja, apesar da baixa escolaridade encontrada a maioria possui uma ocupação remunerada, seguido por aqueles não possuem uma renda fixa, nem garantias, totalizando uma diferença de 13% entre eles. Outro dado importante é baixo número de desempregados e o alto número dos que não informaram.

3.9 – Situação Conjugal da Vítima

Gráfico 05: Estado civil

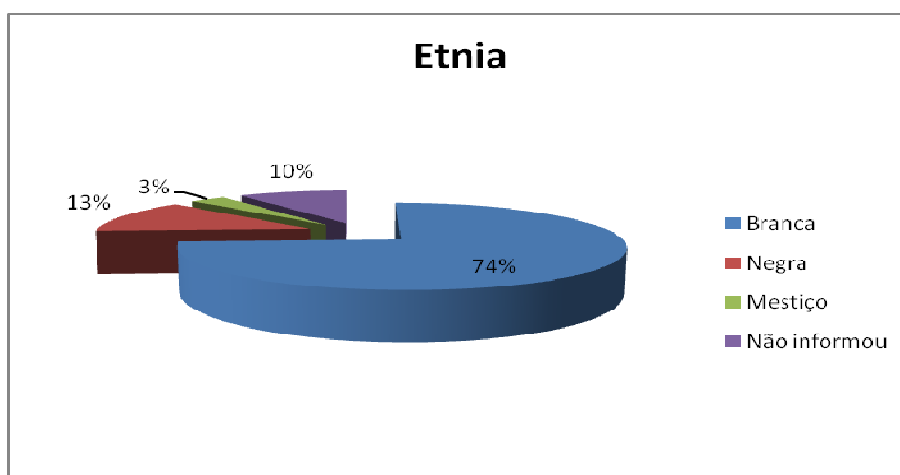


Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

Ao observarmos o gráfico relativo a estado civil, 45% das vítimas masculinas disseram serem casados ou conviverem em união estável, seguido por 42% que declararam-se solteiros. Ou seja, a diferença entre os casados e solteiros é de apenas 3%, o que evidencia que existe uma equiparação entre ambos.

3.10 – Etnia da Vítima

Gráfico 06: Etnia



Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

No que se refere à etnia constatamos que a violência contra o homem ocorre na maioria em brancos: 74%, seguida de 13 % em negros e apenas 3% em mestiços. Este dado destoa na vizibilização da violência acometida contra os homens, pois segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, os negros que residem em bairros pobres ou nas periferias das metrópoles, com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, são o principal grupo de risco para mortalidade por homicídio na população brasileira.

Já o “Mapa da Violência 2011 - Os Jovens no Brasil”, elaborado pelo Instituto Sangari, junto com o Ministério da Justiça - Brasília, DF, vem corroborar os dados obtidos com a pesquisa, de que os homens brancos sofrem mais violência, o que retrata que os homens negros procuram menos ajuda. Com estes dados, constata-se que faz-se necessária uma maior atenção a população negra, já que a população branca está tendo um maior acesso a programas que visam garantir acesso a um conjunto de direitos das vítimas da violência e seus familiares.

UF/REGIÃO	NÚMERO DE HOMICÍDIOS					
	BRANCOS			NEGROS		
	2002	2005	2008	2002	2005	2008
PARANÁ	1.780	2.276	2.657	400	641	697
RIO GRANDE DO SUL	1.555	1.583	1.853	322	405	472
SANTA CATARINA	433	458	662	84	93	106
SUL	3.768	4.317	5.172	806	1.139	1.275

Fonte: SIM/SVS/MS, IBGE.

3.11 – Local da Violência

Tabela 03: Local¹⁶ de ocorrência da violência.

Local da ocorrência	Número	Porcentagem
Residência	15	45%
Local público	5	15%
Hospital	1	3%
Local de trabalho	3	9%
Delegacia	1	3%
Não informaram	8	24%
	33	100%

Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

Nesta tabela é possível percebermos que há um número elevado de violências contra os homens que ocorreram nas suas residências, local que deveria ser considerado o mais seguro para qualquer membro da família. Visualizamos que 45% das agressões acontecem dentro de casa e apenas 15% ocorrem em local público. Ao contrário do que é veiculado quase que diariamente nos meios de comunicação, a maior incidência de violência não ocorre nas ruas e por estranhos à vítima. A violência acontece na casa da vítima, mas também pode se dar nas proximidades ou mesmo em outro lugar fora do contexto doméstico.

¹⁶ É importante ressaltarmos que algumas das vítimas sofreram violência em mais de um local, por este motivo contabilizamos 33 ocorrências e não 31 que corresponde ao número de usuários.

3.12 – Tipos de Agressores

Gráfico 07: Agressores(as)¹⁷



Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

São considerados como agressores aqueles que, no momento do relato e do registro, o usuário do CEAV declara como autores da violência cometida. Como agressores foram incluídos parentes de primeiro e segundo graus, conhecidos ou desconhecidos, o cônjuge ou ex- cônjuge. No entanto, também pode ser considerado agressor uma instituição, por exemplo, um erro médico ou abuso de poder policial. Ao contrário do preconizado pela mídia, os dados levantados mostram que a grande maioria, 33% dos agressores são familiares, ou seja, pessoas próximas a vítima, seguido pelos vizinhos 18%. Por conhecidos – pessoas que não possuem uma relação tão próxima a vítima 10%, e 13% por policiais. Apenas 3% são por desconhecidos.

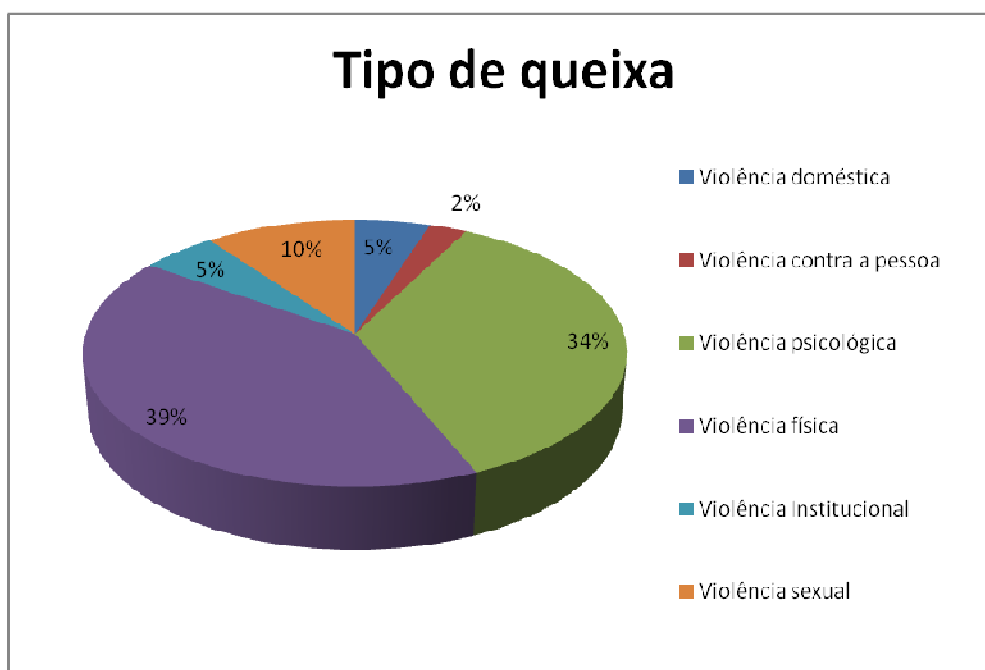
Um dado importante é o alto número de vítimas que não informaram quem eram seus agressores: 15%, podendo levantar diversas hipóteses pelo ocorrido como medo, vergonha entre outros. Outro dado interessante foi o baixo número de agressoras – esposas, apenas 3%. Este dado também pode levantar alguns questionamentos como: elas agredem menos, eles têm vergonha de falar que foram agredidos pelas esposas ou companheiras ou eles não identificam a violência psicológica perpetrada pela esposa como uma forma de violência sutil?

¹⁷ Gostaríamos de ressaltar que a esposa como agressora foi posta separadamente dos familiares propositalmente, para que fosse visualizado o número de atendimentos do CEAV nos quais estas figuram como agressoras.

Ao analisarmos o percentual de locais em que os homens foram agredidos e o percentual de agressores nos aparece um dado muito interessante, os homens sofrem mais violência de seus familiares dentro das suas residências.

3.13 – Tipologia da Violência

Gráfico 08: Tipo de violência sofrida



Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

Ao analisarmos o gráfico referente ao tipo de violência destacada pelos homens a violência física aparece em primeiro lugar com 39%, seguido da violência psicológica com 34%. A diferença entre ambas é relativamente pequena apenas 5%. Um dado significativo é o da violência sexual. Dos 10% de homens que sofreram este tipo de violência, apenas 01 falou abertamente ter sofrido violência sexual, sendo esta perpetrada na sua infância. De outro homem que conseguiu expor esse tipo de violência, existe uma suspeita por parte dos técnicos que o atenderam, de que este foi violentado durante o período em que esteve encarcerado. Os demais foram vítimas de seus familiares próximos.

Um dado significativo que trazemos é o de que anterior a 2010, segundo relato da coordenadora da RAIVVS¹⁸ a enfermeira Caroline Schwitzer Oliveira, a Rede atendeu 03 casos de homens vítimas de violência sexual. É importante salientar que apesar de terem sido encaminhados para atendimento no CEAV, estes nunca chegaram a fazer contato. Ainda, segundo a enfermeira, o baixo número de registro de violência sexual sofrida por homens, não significa que não ocorreram mais casos neste período ou posterior a ele, mas estes não procuraram ajuda ou não registraram o caso, em função do medo e da vergonha.

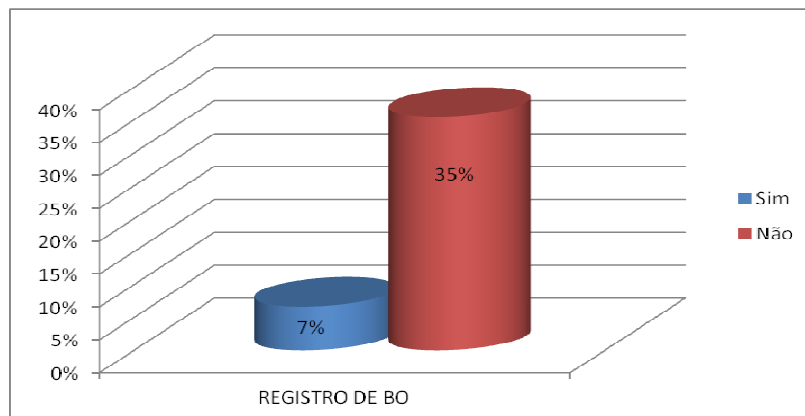
Os resultados averiguados identificam o perfil das vítimas masculinas atendidas pelo CEAV durante o período de realização da pesquisa como sendo em sua maioria brancos, na faixa etária de 30 a 40 anos, atendidos principalmente no ano de 2009, possuem baixa escolaridade, mas sua ocupação é fixa e são solteiros. A principal queixa é a de violência física, cometida por familiares, dentro das residências, e ao contrário do que se imaginava, a grande maioria registrou Boletim de ocorrência, conforme mostra o gráfico a baixo.

É importante ressaltar que, propositalmente colocamos a violência doméstica e a violência contra a pessoa, inicialmente, de forma separada, mas analisamos esses dois tipos de violência com o mesmo parâmetro, ou seja, uma não descarta a outra.

¹⁸ Rede de Atendimento Integral a Vítima de Violência Sexual do município de Florianópolis, para maiores informações consulte:
<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/saude/index.php?cms=raivvs&menu=6>

3.14 – Registro de Ocorrência

Gráfico 09: Registro de Boletim de Ocorrência



Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

Ao analisar os dados que constam do Prontuário das vítimas e verificar que 35% dos homens registraram Boletim de Ocorrência, nos surpreendemos, pois se esperava o contrário, ou seja, que a grande maioria dos homens que acudiam ao CEAV, não registrava. Acredita-se que isto se deve ao fato de que, a maioria das agressões sofridas pelos homens forma cometidas pela família e não pela esposa, ou companheiro (nos casos de homossexuais).

Quando esta violência é cometida pela esposa, por mais branda que tenha sido acredita-se que isto desencadeie no homem uma vergonha muito intensa, um constrangimento, já que atitudes agressivas por parte da mulher contraria os ditames da masculinidade, envolvendo uma questão de estereótipos de gênero, já que no atual contexto da sociedade que ainda é muito machista, tende-se a pensar que apenas os homens é que detém força física, ficando receosos do que familiares e amigos irão falar caso saibam das agressões cometidas pelas mulheres.

3.15 – Fluxo de atendimentos

Tabela 04: Tipos e quantidade¹⁹ de atendimentos realizados pelos homens durante o período de realização da pesquisa.

TIPOS DE ATENDIMENTOS REALIZADOS	QUANTIADE
Contatos telefônicos	7
Visitas domiciliares	4
Em atendimento	2
1 Atendimento	14
2 Atendimentos	4
5 Atendimentos	2
8 Atendimentos	1
9 Atendimentos	1
12 Atendimentos	1
18 Atendimentos	1
Inconclusivos por não possuírem registros	3
Encaminhamentos	3

Fonte: Prontuários do CEAV 2008 - 2011/1

Através desta tabela evidenciamos que a grande maioria dos usuários que procurou atendimento no CEAV, não avançaram do primeiro atendimento, somando um total de 14 pessoas, seguido de 04 pessoas que compareceram ao segundo atendimento. O dado que mais chamou a atenção foi de “inconclusivos”, revelando a gravidade que ocorre quando um profissional não registra sua ação, pois prejudica outros profissionais que atendem um possível retorno deste usuário, uma vez que não poderá basear-se no relato dos colegas para dar continuidade ao caso, saber os encaminhamentos já realizados.

3.16 – Propondo Políticas Públicas e visualizando estratégias de intervenção

Sendo a violência sofrida pelos homens uma das interfaces da questão social, o Assistente Social também é convidado a intervir nesta realidade. Porém, conforme Lisboa, (2005), ainda encontramos muitos problemas em relação à atuação do Serviço Social junto a essa problemática. Os espaços de intervenção dos Assistentes Sociais

¹⁹ Para se chegar a soma de 31 atendimentos, deve-se somar o total de atendimentos realizados, mais 01 visita domiciliar. Um dos usuários não chegou a ir para atendimento, mas foi realizado uma visita domiciliar, além de diversos contatos telefônicos com o mesmo.

junto à homens que sofrem violência ainda são restritos: atendimento sócio-jurídico junto aos cursos de direito nas Universidades, o programa Sentinela na Prefeitura que atende crianças e adolescentes (meninos) que sofrem violência e o CEAV - Centro de Atendimento à Vítima de Crime.

Junto à questão da violência contra homens podemos visualizar, conforme Lisboa (2005), que somos profissionais operadores de direito, portanto um de nossos papéis é justamente orientar e informar este homem que ele tem direitos, esclarecendo que para cada tipo de violência (homicídio, agressão, violência sexual), existe uma punição; devemos estimulá-lo a registrar o Boletim de Ocorrência, mostrando que é muito importante ele dar o primeiro passo, procurando ajuda para um atendimento específico.

Junto a Instituições que atendem homens que sofrem violência, o Assistente Social pode propor um processo de grupo, para que eles possam socializar suas experiências, resgatar a sua auto-estima e se encorajarem mutuamente para saírem da situação de violência. O ideal é que esses grupos possam ser coordenados por uma equipe interdisciplinar, pois a intervenção da profissional de serviço social juntamente com a psicóloga é muito importante neste processo.

Na área da Assistência, podem-se encaminhar os homens que sofreram violência com seqüelas físicas, ou seja, que se tornaram portadores de deficiência, para o Programa “Benefício de Prestação Continuada – BPC. Outros tipos de encaminhamento para a Previdência Social também podem surgir no decorrer da intervenção profissional.

Em relação ao trabalho, o CCEA desenvolve um Projeto ligado à economia solidária²⁰, porém, até o presente momento não encaminhamos os usuários para o referido projeto, devido à falta de demanda, e ou falta de interesse dos usuários. Este tipo de encaminhamento possibilitaria a inserção destes homens no mercado de trabalho, por estes motivos seria interessante fazer um trabalho diferenciado com estes usuários para que conheçam melhor o projeto citado.

²⁰ Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Na educação, é fundamental manter atividades de conscientização e esclarecimento em relação à violência - envolvendo pais, alunos, professores e funcionários, enfim, o corpo pedagógico de escolas da rede pública e privada de ensino, promovendo debates sobre violência e discriminação de gênero. Criar programas para os jovens, despertando a consciência dos mesmos em relação à questão da violência, engajando-os na discussão sobre desigualdades de gênero, estimulando-os a assumirem a responsabilidade no cuidado com os filhos, orientando-os para a responsabilidade nas questões relativas à saúde sexual reprodutiva e estimulando medidas não violentas na resolução de conflitos (LISBOA, 2005). Neste viés o CEAV realizou algumas palestras, mas este é um trabalho que deve ser ampliado.

Na área da comunicação, é possível promover ações de capacitação e sensibilização junto às agências reguladoras de rádio e TV, Jornais, peças publicitárias, abordando as questões de gênero e reconstruindo a imagem dos homens que necessariamente é repassada como “viril, forte, corajoso, guerreiro, herói, que não pode fracassar” entre outras.

Em todas essas áreas, é importante que os Assistentes Sociais aperfeiçoem o trabalho em rede, ou seja, conhecendo os diversos tipos de atendimentos existentes, conhecendo os colegas profissionais que atuam sobre o mesmo enfoque e trabalhar em parceria, elaborar projetos em conjunto, usufruir os recursos (materiais, pessoais e financeiros) de um programa, canalizar forças para um projeto bem sucedido e trocar experiências de práticas.

Ampliar e organizar o desenvolvimento de campanhas, eventos, seminários, atos públicos, passeatas, para sensibilizar a sociedade frente à questão da violência. Neste sentido, uma importante estratégia de ação está sendo lançada a nível nacional pelo Instituto Papai (uma ONG de Pernambuco): a campanha do Laço Branco, bem como as campanhas realizadas pela RAIVVS - Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual, ou o Seminário (Des)vitimização Prática de Atendimento às Vítimas de Violência, dentre outros. A Campanha do Laço Branco tem por objetivo sensibilizar, envolver e mobilizar principalmente homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher, em consonância com as ações e movimentos organizados de mulheres e de outros movimentos a favor da equidade e Direitos Humanos, já as campanhas realizadas pela RAIVVS tem por objetivo conscientizar a população em geral sobre a Violência Sexual.

Além desses enfoques nas políticas públicas, conforme Lisboa (2005), a nossa profissão também tem uma dimensão pedagógica na medida em que trabalhamos numa perspectiva de transformação da consciência dos sujeitos com vistas à sua emancipação. Junto aos homens que sofrem violência devemos empreender um trabalho incansável na perspectiva do resgate deste homem como sujeito de direitos, como ser social e como um cidadão que tem um lugar na sociedade.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do almejado por toda sociedade, vivenciam-se, ainda hoje, fortes paradigmas sobre as formas de enfrentamento e atendimento aos agravos resultantes das diversas formas de violências.

A violência desestrutura a sociedade e provoca outras dificuldades em vários setores da esfera pública e privada, como a saúde, educação e segurança. Pelos atendimentos e outras ações realizadas, contabilizamos que inúmeras pessoas e famílias atendidas pelo CEAV, foram atingidas por seus objetivos.

Alguns estudos demonstram que os homens, em geral, padecem mais de condições severas e crônicas de saúde do que as mulheres. Vários autores associam esse fato à própria socialização dos homens, em que o cuidado não é visto como uma prática masculina e sim uma prática feminina, já que normalmente este papel é dado à mulher. Esta desde a menina é trabalhada para ser a cuidadora e os homens o provedor, aquele que é forte, que tudo suporta.

O tema desta dissertação, “Outras Palavras”, no nosso entendimento se dá no sentido de que normalmente quando se fala em violência se fala normalmente na mulher como vítima, os homens são excluídos das estáticas de marketing televisivas, quando mostrados não são postos como violência sofrida pelo homem, mas como crimes cometidos contra o cidadão, excluindo os homens destas estatísticas.

O objetivo geral da pesquisa apresentado na introdução, foi o de analisar os prontuários identificando a vítima masculina que havia sofrido violência, no período de janeiro de 2008 ao julho de 2011, analisando os motivos levantados por estes, no registro do programa, a procurarem atendimento no CEAV, tendo este sido cumprido.

No que se refere a metodologia adotada para desenvolver esta pesquisa, podemos considerá-la adequada mas insatisfatória. Acreditamos que este trabalho enriqueceria caso tivesse sido possível realizar também uma análise das histórias de vida destes usuários que continuam em atendimento, apesar de poucos, estes teriam muito a contribuir para melhor entendermos este viés da violência cometida contra o homem, sob o olhar da vítima e não apenas dos registros dos técnicos, já que como observado podem ser inconclusivos devido a falta de registro, devido também a registros com poucas informações, ou com informações faltando, como no caso dos atendimentos telefônicos por parte dos técnicos.

Ao se analisar as 31 fichas cadastrais de homens vítimas de violência constantes no arquivo do Centro de Atendimento a Vítimas de Crime de Florianópolis - CEAV, identificamos que a grande maioria destes é composta por pessoas de baixa escolaridade, mas ao mesmo tempo a grande maioria possui uma renda. Por não termos analisado a renda que cada usuário possuía quando foi atendido, não podemos garantir que estes sejam de baixa renda, mas baseando-se em trabalhos anteriores onde a grande maioria possuía poucos recursos financeiros pode-se deduzir que isto ainda persista.

Verificou-se também que muitos desconhecem seus direitos, baseamo-nos nos próprios prontuários para fazer tal afirmação, alguns destes apresentavam como demanda a busca de informações sobre seus direitos, independente de ser vítima ou não, e independente do sexo, estes apresentavam dificuldades em vislumbrar saídas para seus problemas.

No decorrer da pesquisa foi constatada que a grande maioria que sofreu violência física, também sofreu a violência psicológica, sabe-se que quando você sofre a violência física, a violência psicológica normalmente vem atrelada, ocorrendo o contrário na violência psicológica, pois raramente você sofrerá a violência física, já que esta deixa marcas visíveis, ao contrário da violência psicológica que as marcas são internas, você só saberá que esta pessoa a sofre caso ela fale. Nolasco nos auxilia nesta reflexão.

No caso da violência física por parte da esposa, é possível observar um homem questionar suas prescrições de masculinidade, avaliando que a agressão de uma mulher a um homem, principalmente se casados, é pior do que se fosse o contrário. Isto porque, ao homem é socialmente aceitável ser agressivo, mesmo que ele opte por não ser (NOLASCO, 2001)

A masculinidade é muito mais que apenas um termo de identidade, ela representa um modo inserção e reconhecimento, característica de vigor, força, tensão. É aceitável que um homem brigue com outro, pelos mais diversos motivos. É também importante mudar esta concepção de ver o homem apenas como ser, másculo, forte, ele também é sensível, ele também é agredido.

Outro tipo de violência que mostrou um indicie relativamente baixo foi a violência institucional, que é aqui entendida como aquela cometida por um profissional

no exercício de sua função, sabe-se que este tipo de ocorrência é alto, em especial a violência policial. Existem outras formas como os erros médicos, entre outros profissionais no exercício de sua função e cometem abusos que prejudicam direta ou indiretamente a quem estejam atendendo, apesar disto o que os prontuários nos mostraram é a baixa procura por atendimento neste tipo de ocorrência. . Isso pode ser explicado por várias razões. Uma delas sugere ser o desconhecimento dos seus direitos por uma grande parcela da população e como buscar garanti-los.

A demanda de homens como vítima mais significativa do CEAV é formada por pessoas com idades entre 30 e 40 anos, faixa etária esta que concentra a maior parte da população atendida. A baixa escolaridade foi identificada e a maior demanda estava entre aqueles que não concluíram o ensino fundamental. Este fato pode ter como consequência o registro de profissões de pouca visibilidade social.

Com o registro da queixa por parte da vítima, esta passava a ser atendida inicialmente pelos setores social, psicológico e jurídico, que posteriormente, dependendo do retorno do usuário para a continuidade dos atendimentos.

A violência psicológica ou a violência física vivenciada por homens dentro do espaço doméstico é uma das possibilidades que têm implicações graves nos relacionamentos familiares e consequências sociais importantes. A maioria dos homens agredidos por suas companheiras passa a desenvolver sintomas tais como o rebaixamento da auto-estima, o alcoolismo e até mesmo o suicídio.

A violência sofrida pelos homens é de certa forma, vista com desprezo pela sociedade. Por isso é que o silêncio é ainda o maior aliado do homem vítima. A violência doméstica sofrida pelo companheiro de uma mulher violenta pode ser o ponto deflagrador de uma cadeia de violência familiar, comprometendo os demais membros da família e onde o desfecho ocorre de forma, muitas vezes, trágica.

Os fatores culturais ligados ao machismo, à subserviência da mulher são tão arraigados que auxiliam na manutenção dessa situação. Podemos até dizer que a mesma força cultural que predispõe a mulher à violência doméstica é a que contribui para a sub-notificação dos casos de violência doméstica contra os homens.

Para os homens, a situação é mais complicada e muitos deles que relatam violência se consideram os causadores primários do evento no relacionamento. Ou seja, instalou-se uma cultura de violência na família e passa então a ser o único instrumento de negociação entre os membros.

Os programas que prestam apoio às vítimas, que já existem e têm se multiplicado no Brasil, reafirmam a importância e a necessidade dos mesmos, impulsionando ações na direção de um olhar menos censurado e mais tolerante acerca da vítima e de suas necessidades.

Algumas dificuldades foram encontradas durante o período de realização deste trabalho, um dos motivos se deu ao fato do pouco tempo disponível para a orientação referente a este trabalho devido todo um processo para concluir mais esta etapa da vida acadêmica. Tendo-se em vista que este é 15º semestre foi necessário entrar com um processo de prorrogação de prazo para garantir a conclusão do curso, e durante o andamento deste a impossibilidade de orientação por pouco não prejudica todo o trabalho de um semestre. Mas graças a persistência tanto da aluna quanto da orientadora foi possível a conclusão.

Outro ponto que dificultou e muito foi a falta de bibliografia sobre o tema, muito se fala sobre violência, mas inexistentes são os que falam sobre o violência sofrida pelo homem. Entende-se que este tema deve ter um olhar mais apurado por parte dos profissionais que lidam com as expressões da questão social, já que este assim como a mulher, a criança e o idoso também sofrem violência. De acordo com o apurado na pesquisa bibliográfica, é o homem quem sofre mais com a questão da violência, mais que as mulheres, apesar destas terem uma maior visibilidade em função das agressões domésticas, que comumente costumam ser violentas.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Ganges, gênero e juventudes**: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos. Brasília: Kaco - Gráfica & Editora, 2010. Esta é uma publicação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte executado pela Central Única de Favelas - CUFA DF em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_gangues_sem_a_marca.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2011.

ABRAMOVAY, M. & CUNHA, A. L. Masculinidades, Feminilidades e Violência no Cotidiano das Escolas. *Revista Educação e Cidadania*. Vol. 10, Nº 10 (2009). Disponível em: <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/educacaoecidadania/article/viewFile/139/59> Acesso em: 19 nov. 2011.

ADORNO, S.; LAMIN, C. Medo, Violência e Insegurança. In: *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006.

ALVES. Graziela. A Inserção do Serviço Social no Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes (CEAV) de Florianópolis. Trabalho de conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC. 2010.

ALVIM, Simone Ferreira; SOUZA, Lídio de. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, Espírito Santo, n. , p.171-206, 2005. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1041/759>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

ANAIS DO II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA., 2007, Florianópolis. **Capital social e empoderamento**. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007. 16 p. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/hemerson_luiz_pase.pdf>. Acesso em: 16 out. 2010.

ARAÚJO, Marcelo José. **A Violência simbólica**: uma difícil percepção. Mestre em Educação, doutorando em Fundamentos da Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Disponível em: <http://www.unimontes.br/unimontescientifica/revistas/Anexos/artigos/revista_v6_n2/word%20e%20pdf/10rev_cientifica_v6_n2_decimo_artigo.pdf>. Acesso em: 29 out. 2011.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AZEVEDO, Maria Amélia e GERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Editora iglu, 2001.

BITTAR, Eduardo C. B. *Violência e realidade brasileira: civilização ou barbárie?* Revista Katalysis, Florianópolis: UFSC, v. 11, n. 2, 2008.

BONAMIGO, I. S. *Violência: expressões na contemporaneidade.* Revista Katálysis, Florianópolis, v.11, n.2, p. 204-213, jul./dez. 2008.

BRAZ, Marlene. *A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre a saúde do homem: reflexão bioética sobre justiça distributiva.* **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n., p.97-104, 01 jan. 2005. Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232005000100016&script=sci_arttext. Acesso em: 13 nov. 2011.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. CEAV Florianópolis. **Atas das reuniões realizadas entre os dias 28 de outubro de 2008 a 04 de maio de 2011.** Livro 01, páginas 94-108.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. **Ecomapa CEAV Florianópolis.** Florianópolis, 2009.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. **Relatório semestral de atividades CEVIC/SC-** Agosto a dezembro de 2007. Florianópolis, 2007.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. **Relatório semestral de atividades CEAV/SC-** Agosto a dezembro de 2008. Florianópolis, 2008.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. **Relatório de atividades anual CEAV/SC de 2009.** Florianópolis, 2009.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. **Relatório anual de atividades CEAV/SC de 2010.** Florianópolis, 2010.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. **Relatório Final de atividades CEAV/SC- agosto de 2010 a julho de 2011.** Florianópolis, 2011.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. **Projeto Político e Pedagógico do Centro Cultural Escrava Anastácia.**

CHIATTONE, Heloisa Benevides de Carvalho. **Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar.** Disponível em: <http://www.praticahospitalar.com.br/pratica%2032/paginas/materia%2020-32.html>. Acesso em: 30 nov. 2011.

CONNEL, Robert W. "**Políticas da Masculinidade**", in *Educação e Realidade*, 20(2), julho/dezembro de 1995, pp. 185-206.

DIRETRIZES PARA OS CENTROS DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE CRIMES: CEAV. Secretaria de Direitos Humanos: Ibeac, 01 mar. 2010.

FLAVIO BARCELOS GUIMARÃES. **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas.** Belo Horizonte: Sebrae/mg, 2008. Disponível em:

<[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/\\$File/NT00040D52.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/$File/NT00040D52.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2011.

FREIRE COSTA, J. O medo social. In: *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*. São Paulo: Abril, 1993.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo, 2010. Por meio de seu Núcleo de Opinião Pública, e em parceria com o SESC, a Fundação Perseu Abramo apresenta esta pesquisa. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2011.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1991.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: Uma Revisão Teórica. **Antropologia em primeira mão**, Florianópolis, n. , p.04-37, 2004. Disponível em: <<http://www.antropologia.ufsc.br/75.%20grossi.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

HUMANOS, Secretaria Especial Dos Direitos. **Relação de Centros de Apoio a Vítimas de Crimes apoiados pela SEDH**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/spddh/cgpvta/contato_centros.htm>. Acesso em: 27 ago. 2011.

HUMANOS, Subsecretaria Especial Dos Direitos. **Centros de Apoio a Vítimas de Crimes**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/spddh/cgpvta/centros.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 1983

IZUMINO, W. P.; Violência urbana e graves violações de direitos humanos. *Ciência e Cultura*. Revista da SBPC, v. 54, n.1, p. 47, jul./set. 2002.

JUSTIÇA, Ministério da. **III Ciclo do Programa de Capacitação Continuada – Região Norte**. Apresentação geral. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ47E6462CITEMIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRNN.htm>>. Acesso em: 15 out. 2010.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a Mulher**. *Revista Katáysis*, Florianópolis, n., p.01-24, 2005.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência e relações de gênero: definido políticas públicas. In: II JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 02., 2005, São Luís. **Mundialização e Estados Nacionais**. A Questão da Emancipação e da Cidadania: Não Consta, 2005. p. 01 - 08. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Teresa%20Kleba%20Lisboa319.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2011.

LUNA, Marluccio (Ed.). **Cultura da Violência**. Disponível em: <<http://www.brasilcultura.com.br/cultura/cultura-da-violencia/>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília, [s. n.], 2000. Disponível em: http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=353. Acesso em: 01 out. 2011.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidades e violência**. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Brasília, [s. n.], 2001. Disponível em: <http://dan.unb.br/multisites/dan/media/docs/Serie290empdf.pdf>. Acesso em: 01 out. 2011.

MAFFESOLI, M. Dinâmica da violência. São Paulo: Vértice, 1987. 159p.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 out. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 001, p.23-26, jan-março. 2005. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100005>. Acesso em: 12 nov. 2011.

MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: portal.mj.gov.br/sedh/ct/.../ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: março de 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diagnóstico da saúde da população masculina**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspdetalhenoticia&id_area=124&co_noticia=10491>. Acesso em: 24 nov. 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de atenção integral a saúde do homem**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/PT-09-CONS.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **O que é Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 19 dez. 2011.

MISSI, Michel. Dizer a violência. Revista Katalysis, Florianópolis: UFSC, v. 11, n. 2, 2008.

MICHAUD, Y. A violência. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989. Apud Irme Salete Bonamigo - katalysis 2008 2, 04/05/2011.

NASCIMENTO, Patrícia Cristina. **Violência doméstica contra a mulher: serviço social no Espaço do CEVIC**. Florianópolis, SC, 2004. 64 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 318 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 5ª ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: RT, 2006.

ODALIA, Nilo. **O que é Violência** São Paulo: Brasiliense, 1985.

O QUE é Trabalho em Rede Texto extraído do site da RITS - Rede de Informação para o Terceiro Setor. Disponível em: <<http://www.ufrn.br/sites/engenhodesonhos/hipertexto/oquerede.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

O QUE são redes? Disponível em: <<http://www.redespeleo.org/artigodet.asp?txtid=141>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PALAVEZZINI, Juliana. **O Outro lado da violência: a dinâmica dos conflitos nas relações conjugais a partir da ótica masculina**. Florianópolis, SC, 2006. 78 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social.

PAIVA, V. Exclusão social é fonte de violência doméstica. Jornal A Notícia, Joinville (SC), 01, setembro, 2000, p. A5.

PEREIRA, Juliana Pedroso. **Assistência às Vítimas de Crimes em Alagoas: Limites e Possibilidades**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Maceió, 2008.

PERURENA, Fátima Cristina Vieira. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. In: Questão social e desenvolvimento social no século XXI, 03., 2007, São Luís. **Por que políticas públicas para homens?**. São Luís: Não Consta, Não consta. p. 01 - 09. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/81e52602b50e45ab8e9eF%C3%81TIMA%20CRISTINA%20VIEIRA_PERURENA.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

RIFIOTIS, Theophilos. **Nos campos da violência: diferença e positividade**. Departamento de Antropologia, Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS). Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~levis/downloads/artigos/NCVDP.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2011.

Resolução 40/34 da ONU. **Normas e Princípios das Nações Unidas em matéria de prevenção do crime e de justiça penal**. ACESSO ONLINE. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/OnuAcesso> em janeiro de 2010.

REPÚBLICA, Presidente da. **LEI Nº 12. 101- DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009** - Dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm. Acesso em: 27 nov. 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry, et al. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1º ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina. In: **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SANTOS, Eva Teresinha dos. **O Acolhimento como um processo de intervenção do serviço social junto a mulheres em situação de violência**. Florianópolis, SC, 2005. 111 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social.

SANTOS. Kelly Aparecida dos. **Desafios e perspectivas no Atendimento e apoio a vítimas de crime - Uma reflexão sobre o Centro de Atendimento a Vítimas de Crime de Florianópolis – CEAV**. Revista Visão Global, Joaçaba: Editora Unoeste, v.13, n.1, 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Diretrizes para os Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes**. Brasília (DF), 2009.

SILVA, Luciane Lemos da. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública . **CEVIC: a violência denunciada**. Florianópolis, SC, 2005. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública.

SILVA, Marta. **Violência: um problema de saúde pública**. Texto base para a Conferência Nacional de Saúde Mental produzido pela Área Técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes da Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANT) do Departamento de Análise de Situação em Saúde (DASIS) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde – Brasília, junho de 2010. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/violenciamartasilva.pdf>. Acesso em: 29 out. 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida, MELO, Mônica. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos.)

VALOURA, Leila de Castro. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo: empoderamento**, em seu sentido transformador. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento.pdf>. Acesso em: 16 out. 2010.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil: Brasília**, Instituto Sangari; Ministério da justiça, 2011.

XAVIER, Euthalia de Freitas; GROSSI, Miriam Pillar. **Fragments de um discurso interdito: sobre a voz do homem no conflito conjugal**. Florianópolis, SC, 1998 184f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo Perspec. [online]. 1999, vol.13, n.3, pp. 3-17

ZERO, Portal Fome. **Consórcio da Juventude ajuda a reduzir criminalidade**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/consorcio-da-juventude-ajuda-a-reduzir-criminalidade>>. Acesso em: 27 set. 2010.

ANEXOS

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA		CADASTRO DO USUÁRIO DO CEVIC	
DATA:	ENTREVISTADOR:		
ESTAGIÁRIO RESPONSÁVEL:			
ENCAMINHADO POR:			
DADOS PESSOAIS			
NOME:			
IDADE:	DATA NASC.:	RELIGIÃO:	SEXO <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
NATURALIDADE:			
ETNIA <input type="checkbox"/> BRANCA <input type="checkbox"/> NEGRA <input type="checkbox"/> AMARELA <input type="checkbox"/> INDÍGENA <input type="checkbox"/> MESTIÇO <input type="checkbox"/> OUTRA			
ESTADO CIVIL:		TEMPO DE UNIÃO:	
GRAU DE ESCOLARIDADE:			
<input type="checkbox"/> SEM INSTRUÇÃO <input type="checkbox"/> PRIMÁRIO <input type="checkbox"/> 1º GRAU <input type="checkbox"/> 2º GRAU <input type="checkbox"/> 3º GRAU <input type="checkbox"/> INCOMPLETO			
PROFISSÃO:			
RENDA MENSAL TOTAL EM SALÁRIO MÍNIMO <input type="checkbox"/> 1 A 3 <input type="checkbox"/> 3 A 6 <input type="checkbox"/> 6 A 9 <input type="checkbox"/> + DE 9			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CIDADE:	FONE:	
PONTO DE REFERÊNCIA:			
SITUAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR			
CÔNJUGE:		IDADE:	
PROFISSÃO:			
IDADES DOS FILHOS:			
ENCAMINHADO POR:			
MOTIVO DA PROCURA			
QUEIXA:			
LOCAL DA OCORRÊNCIA:			
ESTADO FÍSICO QUANDO DO FATO: DA VÍTIMA:			
ESTADO FÍSICO QUANDO DO FATO: DO AGRESSOR:			
PERÍODO: () MANHÃ () TARDE () NOITE		DATA FATO: ____/____/____	DATA BO: ____/____/____
Nº DO BO: _____		ORIGEM: _____	
NOME DO AGRESSOR: _____		PARENTESCO: _____	
FATORES VITIMÓGENOS			
POSSUI ALGUMA DEFICIÊNCIA FÍSICA?		() NÃO	() SIM
POSSUI ALGUMA DOENÇA?		() NÃO	() SIM
JÁ FOI VÍTIMA DE OUTROS CRIMES?		() NÃO	() SIM
UTILIZA OU JÁ UTILIZOU ALGUMA DROGA?		() NÃO	() SIM
TIPOLOGIA VITIMÁRIA:			
OBS: _____			



Cadastro de Usuário



1 Identificação:

Nome: _____

N.º Cadastro: _____ Data: ____/____/____ N.º processo: _____

Entrevistador: _____

Encaminhado por: _____

Já foi atendido por outros programas? Especifique: _____

2 Dados Pessoais:

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____ anos. Naturalidade: _____

Documento RG/CPF: _____ Gênero: M () F ()

Etnia: () Branca () Parda () Negra () Amarela () Indígena () Outra. Qual: _____

Estado Civil: _____ Tempo de União: _____ Religião: _____

3 Endereço:

Rua: _____ Nº: _____ Compl.: _____ Bairro: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone / Celular: _____ E-mail: _____

4 Escolaridade / Ocupação:

Escolaridade:

() Sem Instrução () Analfabeto Funcional () Ed. Especial () Ed. Infantil () Ens. Fundamental

() Ens. Médio () Ens. Superior Completo Incompleto

Ocupação:

() Estudante () Empregado () Desempregado () Autônomo () Aposentado

() Outra: _____ Se trabalha, em que? _____

5 Renda Mensal (em salários mínimos):

() Sem Renda () Até 1 S.M. () 1 a 2 S.M. () 3 a 4 S.M. () 5 a 6 S.M.

() 7 a mais S.M.

6 Dados da Ocorrência:

Data Fato: ____/____/____ Local da Ocorrência: _____ Período () Manhã () Tarde () Noite

Data do B.O.: ____/____/____ Nº B. O.: _____ Origem do B.O.: _____

Estado físico da vítima quando do fato: _____

Estado físico do agressor quando do fato: _____

Motivo da procura: _____



Cadastro de Usuário



7 Dados Agressor:

Nome: _____ Grau de parentesco: _____ Idade: _____ Profissão: _____

8 Fatores Vitimogênicos:

Possui alguma deficiência? () Sim () Não Qual: _____

Possui alguma doença? () Sim () Não Qual: _____

Já foi vítima de outros crimes? () Sim () Não Qual: _____

Possui algum vício? () Sim () Não Qual: _____

9 Tipologia Vitimária:

() Contra a pessoa () Abuso do poder econômico () Contra os costumes () Contra o patrimônio

Especifique:

() Homicídio () tentativa de homicídio () lesões corporais () agressões físicas

() dano moral () violência psicológica () atentado violento ao pudor () estupro

() assédio sexual () corrupção de menor () violência doméstica () extorsão

() ameaça () subtração de incapaz () Outras, quais: _____

10 Quadro Familiar:

Quantas pessoas moram na casa? _____

Quantas trabalham? _____

Nome	Grau de Parentesco	Idade	Raça	Renda	Escolaridade	Ocupação

11 Tipologia Vitimária (familiar):

() Contra a pessoa () Abuso do poder econômico () Contra os costumes () Contra o patrimônio

Especifique:

() Homicídio () tentativa de homicídio () lesões corporais () agressões físicas

() dano moral () violência psicológica () atentado violento ao pudor () estupro

() assédio sexual () corrupção de menor () violência doméstica () extorsão

() ameaça () subtração de incapaz () Outras, quais: _____

